

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA DE DOCUMENTAÇÃO

ANNA MARIA MARQUES CINTRA
MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES MOREIRA TÁLAMO
MARILDA LOPES GINEZ DE LARA
NAIR YUMIKO KOBASHI

PARA ENTENDER
AS LINGUAGENS
DOCUMENTÁRIAS

EDITORA POLIS
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS
1994

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1. CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E LINGUAGEM .	13
1.1 Conhecimento e informação	13
1.2 Linguagem: características gerais	18
2. LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS.....	23
2.1 Linguagens documentárias: natureza, especificidade e funções	23
2.2 Configuração das linguagens documentárias	30
3. SISTEMA NOCIONAL	35
3.1 Relações hierárquicas.....	41
3.1.1 Relação genérica.....	43
3.1.2 Relação partitiva	45
3.2 Relações não-hierárquicas ou seqüenciais	46
4. RELAÇÕES LINGÜÍSTICAS E DOCUMENTAÇÃO ...	53
4.1 Polissemia e ambigüidade	55
4.2 Sinonímia	59
4.3 Hiponímia.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
BIBLIOGRAFIA	71

APRESENTAÇÃO

O homem vive entre os campos semiológicos. No seu cotidiano, caminha de um para outro, consciente ou inconscientemente. Enreda-se nas construções arquitetônicas, passa por esculturas (às vezes sem ver), ouve “sons” perdidos de músicas ou de gritos, restos de conversas — agressivas ou carinhosas. Cada um desses campos pelos quais ele transita diariamente tem seu código específico. E ele *trans-ita* no sentido primeiro: vai *através* de (trans) um caminho (ito) que as gerações passadas construíram para ele e que sua própria condição de *humano* lhe permite “receber” de vários modos: em um dos pólos, não “percebendo” a extensão do mundo em que vive; no outro pólo, “percebendo” tal extensão, apropriando-se dele e modificando-o, construindo novo mundo, novos mundos. Re-construindo-se no fazer.

Esses campos semiológicos, com seus códigos próprios, muitos deles não-verbais, entrelaçam-se e manifestam, na verdade, a condição da sociedade naquele momento histórico. Essa inter-relação entre os campos, essa “costura” é realizada pelo código verbal, pelo signo verbal, pela palavra. Ou seja: os campos semiológicos são manifestações sócio-culturais de uma dada sociedade. Embora com suas especificidades, eles revelam a cultura daquela sociedade, naquela etapa de desenvolvimento. E a cultura é transmitida, predominantemente, pela palavra. Por isso, só a palavra tem a condição de penetrar todos eles, de “interpenetrá-los”.

Esse é um dos motivos porque se afirma a importância da palavra. Sua condição de plasticidade permite-lhe penetrar todos os domínios, permite-lhe ser o suporte do conhecimento.

to. Sem conhecimento, o homem permanece sempre muito próximo do pólo dos que não percebem a extensão do mundo em que vivem, em que circulam. E aí está um dos aspectos da importância da *informação*.

“Nesse sentido, parece que a informação cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade, uma vez que ela está diretamente ligada ao conhecimento e ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber, já que todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação” (...) E para que o conhecimento da sociedade não se perca e possa ser compartilhado, ele é registrado num dado suporte: livro, imagem, foto, disco, etc., passando a se constituir num documento”.

A *informação* não é um *dado*. Ela se constrói no encontro de duas dinâmicas: a dinâmica de quem “emite”, de quem “enuncia” (o enunciador) e a dinâmica de quem “recebe” o enunciado (o enunciatário). Ela ocorre sempre num espaço onde as posições de quem “fala” e de quem “ouve” são intercambiadas, num jogo de forças permanente.

Aí começa a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA. Como conseguir que o conhecimento acumulado não se perca, que se tenha acesso a ele, de tal modo que não seja necessário “reinventar a roda” a cada geração? A memória coletiva, a transmissão oral da cultura são aspectos fundamentais, mas como, nas áreas científicas, fazer conhecer o conteúdo de aproximadamente 60.000 revistas científicas e cerca de um milhão de artigos individuais? Esses dados, citados neste livro, revelam a estimativa de 1960. Certamente a produção científica é muito maior.

Ninguém ousaria pensar que é possível conhecer toda a produção de uma determinada área do saber. Mas é necessário, pelo menos, ter acesso a seus avanços. E partir deles na construção do novo conhecimento. Eis aí, de novo, a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA.

Os desafios são numerosos. Num mundo em que, ao que parece, o homem “não diz”, apenas “é dito” pelas palavras; em que se tem predominantemente “a voz do dono” e não o homem como “dono da voz”; em que os discursos de máscara circulam como mercadorias de maior valor, como trabalhar a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA? Afinal, ela pressupõe, por um lado, a importância da divulgação da *informação*, para que o homem assuma sua própria voz; por outro lado, ela pressupõe o sujeito que vai “passar” o conhecimento científico, elaborado na linguagem polissêmica, para outra — a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA.

A palavra carrega a prática social da sociedade, enfeixa os valores de um determinado momento histórico. É subreptícia. Atua, sem que tenhamos consciência de seu papel. Este sujeito que vai “traduzir” o texto científico para a Linguagem Documentária carrega consigo essa formação. Também o sujeito que elaborou o texto científico. Na condição de sujeito, cada um terá seu universo de valores, que lhe foi transmitido pela cultura. Como evitar os “desvios” nessa tradução?

Como dizem as autoras, de um sistema de relações que se caracteriza pela virtualidade, a LN (língua natural), usada pelo sujeito do texto científico e pelo sujeito que fará a “tradução” (e ainda pelo sujeito que “receberá” a *informação*, é bom não esquecer) passa-se para um sistema de relações não-virtual — a LD (linguagem documentária).

“Mas, diferentemente da LN, o sistema de relações das LDs não é virtual, bem como seus mecanismos de articulação são extremamente precários, face àqueles existentes nas línguas, em geral. Bem ao contrário, elementos dessa linguagem específica são selecionados de universos determinados e seu sistema de relações é construído, sendo indispensável, para utilizá-la, a existência de regras explícitas. Por esse motivo, as LDs são linguagens construídas.”

O mundo contemporâneo se desnuda em sua complexidade: todos os povos lutam para ter vez e voz no

concerto das nações. A constituição de pólos hegemônicos consolida-se a partir do *conhecimento*. E a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA joga papel decisivo nessa realidade.

O desafio é grande. As palavras, “suspensas no ar”, param sua dança. Mas as autoras desse livro, com ciência e competência, topam o desafio. E vencem. É ler para crer.

Maria Aparecida Baccega

Professora Livre-docente

da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

1

CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E LINGUAGEM

1.1. CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

Em estado dicionário *Informação* significa “ação ou efeito de informar”, “instrução”, “indagação”, “investigação”, “notícia”.

O significado de *Informação* implica a presença de semas que envolvem apresentação, representação, ou criação de idéia, segundo uma forma. Em suma, a *informação* se constitui ela mesma num conhecimento potencialmente transmissível.

Sob outro ângulo, pode-se dizer que o termo *informação* se relaciona à identificação de um “sinal” e que supõe uma “forma” passível de ser interpretada como mensagem.

De outra ótica, ainda, sabe-se que a *informação* se constitui, na sociedade moderna, em ingrediente indispensável do dia-a-dia das pessoas, através, de modo especial, dos veículos de comunicação de massa.

Entretanto, é em sentido específico de algum tipo de conhecimento produzido no nível do mundo científico e tecnológico que interessa fazer considerações.

Da mesma forma que a *informação* acontece nos dois extremos do circuito da comunicação, o conhecimento acontece no extremo do emissor responsável pela criação em si e no extremo do receptor, onde se dá a recepção da *informação* criada.

Neste sentido, parece indiscutível que a *informação* cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humani-

dade, uma vez que ela está, diretamente, ligada ao conhecimento e ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber, já que todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação.

Nos últimos 30 anos, a noção de *informação*, bem como os termos que a representam vêm tomando vulto, seja na constituição dos discursos, seja na criação de disciplinas específicas. Acredita-se mesmo que a sua expansão presente, na sociedade atual, um dos maiores sucessos de uma palavra neste século.

A utilização recorrente da palavra gerou, como é natural, uma variação conceitual. Assim, fala-se do conceito de informação em diferentes áreas de conhecimento, podendo a relação informação/conhecimento ser observada a partir de três aspectos que se complementam:

— enquanto o conhecimento é estruturado, coerente e freqüentemente universal, a informação é atomizada, fragmentada, particular;

— enquanto o conhecimento é de duração significativa, a informação é temporária, transitória, talvez mesmo efêmera;

— enquanto o conhecimento é um estoque, a informação é um fluxo de mensagens.

Com efeito, o estoque de conhecimentos é alterado com o *input* de novas informações, através de adições, reestruturações ou mudanças.

Mas, para que o *conhecimento* da sociedade não se perca e possa ser compartilhado, ele é registrado num dado suporte: livro, imagem, foto, disco etc., passando a se constituir num documento.

O desenvolvimento científico e tecnológico tem proporcionado à sociedade uma massa enorme de conhecimentos, portanto de documentos, que precisam ser tratados adequadamente, para que haja não só a sua divulgação, como também a criação de novos conhecimentos, cumprindo assim a rotina natural da própria ciência.

Daí o papel fundamental da área de documentação, responsável pela triagem, organização, conservação da informação, bem como pela viabilização a seu acesso.

Há que se considerar que, à massa de documentos em papel, que se constitui volume considerável, vêm se juntando de forma também crescente, documentos em outros suportes como disco, fotografia, fita magnética, video etc.

Segundo WADDINGTON (1975), é praticamente impossível dar uma imagem do mundo moderno que chegue próxima da exatidão, em termos de conhecimentos acumulados. Entretanto, pode-se chegar a ter uma idéia parcial do problema quando se consideram os estudos sobre o crescimento da informação científica nos últimos dois séculos, através só das publicações de revistas científicas.

As duas primeiras revistas inteiramente dedicadas à ciência começaram em 1665: *The Philosophical Transactions of the Royal Society of London e Journal des Sçavants* (França). A partir de 1760 houve uma implementação de publicações desta natureza que, pouco a pouco, tiveram um crescimento estimado em o dobro a cada quinze anos.

Sabe-se que até agora foram fundadas mais de 100.000 revistas científicas. No entanto, não se sabe quantas desapareceram e hoje é praticamente impossível dizer o número delas. Para se ter uma idéia, em 1938 calculou-se em 33.000 o número de revistas científicas publicadas sendo que no final do anos 60, ele atingia cerca de 60.000, com um milhão de artigos individuais por ano.

Os dados são, sem dúvida, imprecisos, mas suficientes para demonstrar a dimensão do problema, cujo desdobramento pode ser observado através da criação de revistas secundárias e terciárias, do fenômeno da "redescoberta" científica, da tendência à especialização e da rápida obsolescência da informação.

Com efeito, a primeira revista secundária, cuja função é resumir e sintetizar os artigos publicados nas revistas primárias, surgiu na Alemanha em 1714. De lá para cá, esse tipo de revista veio aumentando, chegando mesmo a se multiplicar

com, praticamente, a mesma taxa exponencial das revistas primárias. Em 1960 calculou-se em 1900 o número destas revistas secundárias.

O volume de revistas secundárias levou à criação de revistas terciárias que informavam sobre as revistas de síntese. Sob essa mesma perspectiva criou-se o Sistema Universal de Informação Científica, sob o patrocínio das Nações Unidas (UNISIST), com a tarefa central de armazenar toda a informação científica em um computador central, com um sistema de busca.

O terceiro desdobramento diz respeito a um fenômeno muito comum hoje: é mais fácil redescobrir algo que saber se alguém já o descobriu antes. Acreditam alguns que este fenômeno da "redescoberta" possa se tornar um dos principais fatores limitadores da taxa de avanço da ciência na sociedade contemporânea. Há, por vezes, um dispêndio enorme de recursos humanos e materiais para descobrir o já descoberto.

A tendência à especialidade, constituiu uma característica muito presente nas décadas passadas, chegando mesmo a motivar filósofos e educadores para discutir a questão da interdisciplinaridade. Nos últimos anos, embora ainda persista com saliência esta característica, assiste-se a uma forte reação à alta especialidade, de modo particular, com os movimentos denominados pós-modernos.

A velocidade de produção de informação tem como consequência quase imediata a obsolescência de conhecimentos. DE SOLLA PRICE discutiu isto em termos do que ele chamou de coeficiente de imediatismo: se a quantidade de informação dobra em quinze anos, ela seria A no início deste período e 2A no fim do mesmo período. O acréscimo de A é A e o coeficiente de imediatismo é $A/2A = 1/2$. Isto é, ao cabo de quinze anos, 50% das informações disponíveis serão fruto de descobertas realizadas durante o período em questão (PRICE, 1965).

Não é difícil perceber que em áreas de avanço muito veloz, como a computação, o período de duplicação não é 15

anos, mas muito menor, talvez 4, o que amplia bastante o índice de obsolescência.

Assim, claro está que ninguém pode, nem mesmo numa área de especialidade, aventurar-se a "conhecer" tudo o que se publica. Mas também é claro que uma pessoa pode conseguir informações parciais em níveis satisfatórios, graças aos meios desenvolvidos para guarda e recuperação da informação.

As necessidades, naturalmente, variam de um domínio para outro, de um grupo para outro, segundo o estágio de desenvolvimento da área, a natureza dos usuários, seus objetivos. Apesar dessas variações é preciso que as informações sejam confiáveis, atuais e imediatamente disponíveis.

Para se chegar a isso é indispensável um trabalho sistemático que se compõe de um conjunto de operações em cadeia, isto é, operações marcadas por íntima relação entre cada uma das etapas: as últimas operações estão ligadas às primeiras e as primeiras vão conduzindo às últimas.

Numa extremidade da cadeia estão os documentos que serão tratados e, na outra, os resultados desse processo expressos em produtos documentários do tipo: referências, descrição de documentos, publicações secundárias e terciárias.

O processo começa pela operação de coleta de dados que se constitui num procedimento de *alimentação*, através do conjunto de documentos que passam a integrar uma unidade de informação.

A primeira fase, que se decompõe em algumas etapas sucessivas (localização de documentos, triagem e escolha, procedimentos de aquisição propriamente dita), exige profissionais atualizados em relação à evolução do conhecimento e à produção no domínio considerado, o que supõe que a unidade seja bem integrada num circuito científico nacional e internacional, formal e informal.

Quando se trata de publicações disponíveis no mercado, a coleta se apóia em fontes identificáveis e acessíveis: depósito legal, bibliografias nacionais, catálogos de editores, ou catálogos coletivos, índices, repertórios, bibliografias de toda espécie. Mas quando se trata de localizar uma literatura dita

subterrânea, é fundamental que se possa dispor de uma rede de permuta e de aquisição sistemática, o que implica integração no circuito científico da área.

A segunda fase do processo consiste em operações de controle e registro do material. Nesta fase é feito o tratamento intelectual dos documentos através de descrição bibliográfica, descrição do conteúdo, estocagem, busca e difusão. Todas essas operações visam encontrar, de imediato, a informação necessária para responder à demanda.

A tarefa inicial consiste em proceder à identificação do documento, o que é feito através de uma descrição bibliográfica ou de catálogo, que explicita suas características formais: autor, título, fonte, formato, língua, data da edição etc.

Em seguida é feita a descrição do conteúdo, denominada Análise Documentária. Esta etapa recobre operações de descrição das informações que trazem o documento e a tradução dessas informações numa formulação aceitável pelo sistema adotado.

Daí nasce a relação da Ciência da Informação com a linguagem natural, relação que precisa ser analisada do ângulo da guarda e da recuperação dos documentos, através de sistemas que fazem a representação da informação e veiculam conhecimento.

Não é só o volume de documentos constituídos em linguagem natural, como também a natureza da linguagem verbal que justifica uma reflexão específica.

1.2. LINGUAGEM: CARACTERÍSTICAS GERAIS

A linguagem enquanto objeto de reflexão perde-se no tempo; entretanto, enquanto objeto de uma ciência é relativamente recente.

O caráter científico deu à linguagem uma força tal que, hoje, pode-se dizer que ela se constitui na chave de acesso do homem moderno às leis do funcionamento social (KRISTEVA, 1969).

Embora desde sempre ela tenha sido considerada na sua articulação homem/sociedade, hoje se busca um isolamento metodológico, na tentativa de vê-la como objeto particular, em si mesma. O homem como que se distancia, se descola da linguagem que o constitui e obriga-se a “dizer o modo como diz” (KRISTEVA, 1969, p. 14).

Neste esforço de mais e melhor conhecer a linguagem, os primeiros aspectos que se sobressaem são a demarcação, a significação e a comunicação.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que todas as práticas humanas são tipos de linguagens, já que elas têm a função de demarcar, significar e comunicar. Entretanto, como assinala BARTHES (1964), qualquer sistema semiológico repassa-se de linguagem verbal.

Ao longo dos tempos, a concepção de linguagem foi se modificando, à mercê do saber constituído e da ideologia reinante. Até o século XVIII predominou uma concepção teológica que colocava em primeiro plano sua origem e as regras universais da sua lógica. O século XIX foi marcado por uma concepção historicista que via a linguagem como um processo em evolução, através dos tempos. Hoje predominam as concepções da linguagem como sistema em funcionamento.

A prática da linguagem é marcada por uma tendência natural do homem: compreender, governar e modificar o mundo. Com efeito, o homem busca, incansavelmente, encontrar uma ordem para as coisas, já que um mundo caótico seria incompreensível, insuportável; por isso ele busca encontrar em meio à aparência caótica uma ordem mesmo que subjacente, uma estrutura capaz de explicar as coisas.

Na sua busca reflexiva o homem trabalha com uma estrutura que é a um só tempo estática e dinâmica, isto é, que permite a fixação de cada aparência dentro do esquema geral de referência, ao mesmo tempo que deixa espaço para que essa mesma aparência surja num outro ponto do quadro, a partir de outras relações, repetindo o mesmo processo.

Assim, situa-se numa ponta a apreensão e na outra a compreensão. O primeiro esforço, o da fixação, equivale a

uma catalogação do mundo. O segundo, o da coordenação, equivale a uma hierarquização do mundo.

E dentre as coisas a conhecer, provavelmente, seja a linguagem verbal uma das mais intrigantes, já que ela se faz presente no dia-a-dia de forma inalienável, participando do processo e do produto deste conhecer.

Como é feita de palavras a grande maioria dos dados de que o homem dispõe, daquilo que forma seu intelecto, parece importante pensar a palavra, unidade recoberta por inúmeras dificuldades, entre as quais pode-se citar o fato de nem todas as línguas possuírem escrita e, portanto, a identificação da palavra com o espaço em branco ser inviável.

FLUSSER (1963, p. 22) tenta atingir um nível de explicação para a palavra construindo uma imagem que explica a passagem das sensações para a linguagem. Diz ele: "Há, aparentemente, uma instância entre sentido e intelecto, que transforma dado em palavra. O intelecto *sensu stricto* é uma tecelagem que usa palavras como fios. O intelecto *sensu lato* tem uma ante-sala na qual funciona uma fiação que transforma algodão bruto (dados dos sentidos) em fios (palavras). A maioria da matéria-prima, porém, já vem em forma de fios".

Para ele, ao se definir realidade como *conjunto de dados*, se está concebendo que a vida do homem se passa numa dupla realidade: por um lado, a realidade das palavras, por outro, a realidade dos dados *brutos* ou *imediatos*. Considerando que os dados brutos atingem o intelecto na forma de palavras, pode-se dizer que a realidade se faz com palavras e palavras *in statu nascendi*.

Na prática da linguagem natural sabe-se que as palavras chegam até as pessoas através dos sentidos, de forma organizada, isto é, são agrupadas de acordo com regras preestabelecidas, formando frases.

De um lado, então, a língua pode ser vista como um sistema cujas unidades se articulam no plano da expressão e do conteúdo, planos que se unificam como o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização. Assim, a língua integra o universo mais amplo da linguagem e atua como elemento fundamental na comunicação social.

Da mesma forma que não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação. "Tudo o que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado" (FLUSSER, 1963, p. 22).

Na comunicação observa-se que todo falante assume o duplo papel de destinador e destinatário de mensagens, pois ao mesmo tempo em que é capaz de emití-las, sabe decifrá-las. Ou seja, na situação natural de comunicação, o falante não emite mensagem que ele não seja capaz de decifrar.

Assim se introduz o falante no complexo domínio do sujeito, isto é, no universo da sua constituição e da sua relação com o outro.

Na relação consigo mesmo e com o outro falante, opera com o ato de nomear que é feito com a língua, exterior ao indivíduo e submissa a uma espécie de contrato social firmado naturalmente, para garantir a comunicação.

A língua é pois um sistema de signos e regras combinatórias que de fato não se realiza completamente na fala de nenhum sujeito. Ela só existe completamente na massa, no conjunto de uma sociedade. Mas também é um sistema de relações virtuais em permanente disponibilidade para o falante.

Enquanto realização pode-se dizer que, quando as palavras são percebidas, percebe-se uma realidade ordenada, um cosmos, o que permite dizer que a língua é também o conjunto de frases percebidas e perceptíveis.

Por outro lado, as palavras são apreendidas e compreendidas como símbolos, isto é, como tendo significado, porque, por meio de um acordo entre vários contratantes, elas substituem algo, apontam para algo, são "procuradoras" de algo.

É, pois, a partir de um acordo entre sujeitos que os sinais são apreendidos e compreendidos, realizando em sociedade o caráter simbólico da língua, condição do pensamento.

Tradicionalmente, são distinguidas as palavras a partir de seus significados em substantivos, adjetivos, verbos etc. A mesma tradição ensina que substantivos significam "substâncias", que adjetivos significam "qualidades", que verbos significam "processos modificando substâncias", que preposições e conjunções significam "relações" entre substâncias.

Essa classificação, não obstante ser enfatizada, oferece pontos de conflito muito evidentes. Antes de mais nada, ela pressupõe uma realidade absoluta, um universo uniformemente ordenado, uma estrutura rígida de mundo espelhada na estrutura da língua. É mais ou menos como na concepção platônica de que o fenomenal espelha a estrutura do mundo das idéias.

Se a realidade mais ampla mostra línguas como o chinês e de resto as línguas aglutinadas e assilábicas onde esta divisão não faz sentido, a presença mais imediata da língua materna mostra realidades que põem em cheque esta divisão.

Enquanto na frase “Isto é uma caixa grande”, “caixa” e “grande” são expressões autênticas, respectivamente, das significações substância e qualidade, na frase “Isto é um caixão” a qualidade como que vem engolida pela substância. Já na frase “Viver é lutar” observam-se processos assumidos como substâncias.

Os exemplos poderiam se multiplicar para mostrar que a classificação absoluta não corresponde à realidade. Entretanto, é preciso admitir que a classificação tradicional, mesmo com possíveis defeitos, oferece vantagens, na medida em que ela permite ver a língua como um sistema de símbolos apontando para algo, ou significando algo. Na realidade, a língua não se constitui num conjunto de símbolos equivalentes, mas, antes, num conjunto de símbolos, hierarquicamente, diferenciados. O significado de cada símbolo só se torna compreensível dentro do conjunto do sistema inteiro.

A língua não é função do sujeito falante, nem sucessão de palavras correspondentes a outras equivalentes. É um sistema-estrutura de valores e formas. Os sistemas de valores não são construções particulares de um indivíduo; são antes o resultado de todo um contexto sócio-histórico que determina as condições de produção do discurso.

LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

2.1. NATUREZA, ESPECIFICIDADE E FUNÇÕES

Um rápido retrospecto sobre a área mostra que nas décadas de 50 e 60, com o crescimento do conhecimento científico e tecnológico, houve dificuldades para armazenar e recuperar informações. A solução foi encontrada com uma mudança do enfoque e da conceituação da recuperação da informação. Com efeito, foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias.

Vem desta época a utilização de Linguagens Documentárias — LDs para a recuperação da informação. Essas linguagens são, pois, construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos, destinadas a “traduzir” os conteúdos dos documentos.

Como decorrência desta mudança de conceituação da área, houve grande concentração em estudos de Linguística e de Estatística, em especial com vistas à automação do tratamento da informação.

Com os estudos da Linguística esperava-se resolver problemas de vocabulário, tendo em vista a construção de instrumentos mais adequados. Estes estudos levaram a análises de conteúdo da Linguagem Natural — LN, a buscas de métodos de padronização relativos à passagem da LN para a

LD, ao estabelecimento de mecanismos para a estruturação de campos semânticos, de campos associativos e de categorias funcionais.

A Estatística, por sua vez, foi tomada como instrumento de apoio, tendo em vista determinar frequências de descritores, mapeamento de ocorrências, análise de citações, o que levou ao desenvolvimento da Bibliometria.

Dentre os vários produtos da sistematização desses estudos surgiram os tesouros, construídos em função de campos semânticos.

Com efeito, dentro do amplo universo da linguagem, as LDs possuem um *status* muito particular: através delas pode-se representar, de maneira sintética, as informações materializadas nos textos.

Tal como a LN, as LDs são sistemas simbólicos instituídos, que visam facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as LDs devem tornar possível a comunicação usuário-sistema.

Grande parte das discussões teóricas sobre LDs inserem-se no âmbito da Análise Documentária que, por sua vez, se define como uma atividade metodológica específica no interior da Documentação, que trata da análise, síntese e representação da informação, com o objetivo de recuperá-la e disseminá-la.

Nesse contexto, as LDs são, pois, instrumentos intermediários, ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a “tradução” da síntese dos textos e das perguntas dos usuários. Esta “tradução” é feita em unidades informacionais ou conjunto de unidades aptas a integrar sistemas documentários. A formalização das perguntas dos usuários é feita em linguagem do próprio sistema. É por esta razão que as LDs podem ser concebidas como instrumentos de comunicação documentária.

Mas, diferentemente da LN, o sistema de relações das LDs não é virtual, bem como seus mecanismos de articulação são extremamente precários, face àqueles existentes nas línguas, em geral. Bem ao contrário, elementos dessa lingua-

gem específica são selecionados de universos determinados e seu sistema de relações é construído, sendo indispensável, para utilizá-la, a existência de regras explícitas. Por esse motivo, as LDs são linguagens construídas.

Cada LD específica representa, por outro lado, um ponto de vista particular sobre a realidade. Como sistema de relações construído, o significado de cada um de seus elementos vai estar diretamente subordinado às definições correspondentes aos elementos colocados nas posições superiores do sistema.

Segundo GARDIN, uma LD é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizado para representar conteúdos de documentos técnico-científicos, com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações (GARDIN et al., 1968).

Para o autor, uma LD deve integrar três elementos básicos:

- um léxico, identificado com uma lista de elementos descritores, devidamente filtrados e depurados;
- uma rede paradigmática para traduzir certas relações essenciais e, geralmente estáveis, entre os descritores. Essa rede, organizada de maneira lógico-semântica, corresponde a uma organização dos descritores numa forma que, *lato sensu*, se poderia chamar classificação; e
- uma rede sintagmática destinada a expressar as relações contingentes entre os descritores, relações essas que só são válidas no contexto particular onde aparecem. A construção de “sintagmas” é feita através de regras sintáticas destinadas a coordenar os termos que dão conta do tema.

Embora na LN haja diferença conceitual clara entre léxico, vocabulário, nomenclatura e terminologia, observam-se usos sinonímicos de léxico e vocabulário, por um lado e nomenclatura e terminologia, por outro.

Nas LDs, por sua vez, é bastante freqüente o uso indiscriminado destas palavras, o que pode comprometer o próprio conceito de representação documentária, na medida em que a cada termo deveria corresponder uma função diferente dentro da linguagem.

Entretanto, cada uma destas palavras remete a conceitos específicos, o que nos permite dizer que cada uma tem características e funções próprias, fator suficiente para impedir sua utilização indiscriminada.

Embora mesmo nos estudos das ciências da linguagem haja, eventualmente, referência a léxico e vocabulário como conjunto de palavras de uma língua ou de um autor, de uma arte ou de um meio social, a rigor, *léxico* designa o conjunto das unidades reais e virtuais que formam a língua de uma comunidade, algo como um depósito constituído de elementos em estado virtual e de regras que permitem a construção de novas unidades, necessárias para a atividade humana da fala.

Já *vocabulário* se refere ao conjunto das ocorrências que integram um determinado *corpus* discursivo, como uma lista de unidades da fala (DUBOIS et al., 1973). Assim, pode-se falar no vocabulário que encontramos no trabalho de CUNHA, relativamente às ocorrências registradas nos discursos sobre política colonial de Adriano Moreira (CUNHA, 1990), ou no vocabulário médico, a partir de levantamento em determinadas obras médicas, por exemplo.

Em termos de LDs, não faz sentido falar nem em léxico, nem em vocabulário nas acepções da Linguística, uma vez que esses elementos são específicos da LN. As LDs, linguagens construídas que são, com finalidades específicas de representação documentária, não são suficientemente articuladas, nem se constituem em unidades geradoras de novos elementos.

Também não integram vocabulários propriamente ditos, porque são formadas de palavras preferenciais, combinando palavras de vocabulários de determinados domínios e palavras utilizadas pelos usuários. Desta forma, englobam vários vocabulários, representativos de vários discursos. Assim, quando a palavra vocabulário se refere à LD, deve ser entendida segundo esta última acepção, que privilegia uma constituição a partir de origens diferentes.

Uma *nomenclatura*, por sua vez, como sugere a própria palavra, diz respeito à ação de chamar algo por seu nome.

Assim, se constitui em lista de nomes que supõem biunivocidade da relação significado-significante (DUBOIS et al., 1973). Talvez se possa melhor caracterizar uma nomenclatura como etiquetas que designam coisas ou conceitos pré-existentes, como a nomenclatura da química, por exemplo, na qual, independentemente de um sistema nocional particular, algo se chama *ouro*, *nitrogênio* ou *potássio*.

Diferentemente de uma nomenclatura, uma *terminologia* se refere ao conjunto de termos de uma área, termos relacionados e definidos rigorosamente para designar as noções que lhe são úteis (idem *ibidem*). Assim, por exemplo, a terminologia da Educação Brasileira pode ser encontrada no Glossário de Termos em Educação (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, 1980). Trata-se de um sistema de termos organizados, estruturados a partir de noções particulares:

É bom lembrar que todo conhecimento técnico-científico se desdobra num universo de linguagem. A linguagem condiciona o conhecimento objetivo, determinando os limites de sua formulação (GRANGER, 1974). As linguagens construídas exigem formulações de sentido rigorosas, à medida que a própria atividade se encontra subordinada à articulação da linguagem. Desse modo, a atividade terminológica é parte constitutiva da atividade técnico-científica e diz respeito, diretamente, a um conjunto de termos organizados.

Todas as definições analisadas anteriormente levam-nos a concluir que as LDs não se confundem com léxicos, vocabulários, nomenclaturas e terminologias, embora incorporem elementos de todos eles. É importante que essa diferenciação seja feita para melhor delimitar suas características face à função que devem desempenhar na representação da informação documentária.

A representação documentária é obtida através de um processo que se inicia pela análise do texto, com o objetivo de identificar conteúdos pertinentes em função das finalidades do sistema — e da representação desses conteúdos — numa forma sintética, padronizada e unívoca.

A síntese e a representação documentárias advindas do processo de análise, podem apresentar-se, geralmente, sob duas formas: o resumo, que é feito sem a intermediação de uma LD e o índice, que para maior qualidade, deve ser elaborado a partir de uma LD determinada.

A operação de tradução de textos em LN para uma LD denomina-se Indexação. Inerente ao processo de indexação estão operações de classificação.

As várias fases do processo analítico apresentam uma complexidade considerável, pois não se trata de adquirir os documentos e armazená-los numa ordem lógica. A documentação é memória, seleção de idéias, reagrupamento de noções e de conceitos, síntese de dados. Trata-se de triar, de avaliar, de analisar, de “traduzir”, de encontrar respostas para necessidades específicas.

A utilização da LN neste processo leva, seguramente, à incompreensão e à confusão, devido a fenômenos naturais como a redundância, a ambigüidade, a polissemia e as variações idioletais.

A condição para se obter resultados positivos na busca de informação é que a pergunta e a resposta sejam formuladas no mesmo sistema. Assim, é necessário realizar a tradução de uma pergunta feita em LN, para o sistema em que foi traduzido o conteúdo do documento, isto é, numa LD unívoca por excelência.

Dito de outro modo, uma LD é utilizada na entrada do sistema, quando o documento é analisado para registro. Seu conteúdo é identificado e “traduzido”, de acordo com os termos da LD utilizada e segundo a política de indexação estabelecida. É da mesma forma utilizado à saída do sistema, quando, a partir da solicitação da informação pelo usuário, é feita a representação para busca. Assim, seu pedido é analisado, seu conteúdo identificado e devidamente “traduzido” nos termos da LD utilizada.

Para realizar tais funções de intermediação, as LDs devem ser construídas de tal forma que seja possível o controle sobre o vocabulário. Tal controle é necessário para que a cada unidade preferencial integrada numa LD

corresponda um conceito ou noção. Essa correspondência só é assegurada através das terminologias de especialidade.

Vale lembrar que, isoladas, as palavras não têm significado ou têm todos os significados possíveis. É só no discurso, ou seja, no uso, que as palavras assumem significados particulares. Como, via de regra, os elementos das LDs são desvinculados dos contextos onde aparecem, pode-se correr o risco de que as palavras que as integram assumam todos ou nenhum significado. Através das Terminologias de especialidade, as palavras passam a ser termos, assumindo significados vinculados a sistemas de conceitos determinados. Confere-se, desse modo, referência às palavras, que passam a significar, segundo determinados sistemas nocionais, assegurando interpretações pertinentes.

As LDs mais conhecidas são o tesauro e os sistemas de classificação documentária (GOMES, 1990). As diferenças entre esses dois tipos de LDs reside no maior ou menor grau de reprodução das relações presentes na LN e no universo de conhecimento que pretendem cobrir.

Os primeiros sistemas de classificação bibliográfica conhecidos são de natureza enciclopédica, como a CDD — Dewey Decimal Classification, a CDU — Classificação Decimal Universal e a LC — Library of Congress, e visam cobrir todo o espectro do conhecimento. Sistemas datados posteriormente, as classificações facetadas desenvolvidas pelo CRG — Classification Research Group e com base na Colon Classification, de Ranganathan, visam domínios particulares. Os tesauros, por seu lado, originaram-se a partir de tais classificações facetadas com uma preocupação adicional: a do controle do vocabulário.

Historicamente, verifica-se uma contínua progressão das LDs a caminho da especialização. Conseqüentemente, abandona-se a pretensão de cobrir todo o universo do conhecimento para voltar-se a domínios cada vez mais específicos.

Todas as LDs, entretanto, são utilizadas para representar o conteúdo dos textos, mas não os textos eles mesmos. A função de representação deve ser entendida, neste contexto,

como sendo de natureza eminentemente referencial: as unidades de uma LD devem ser utilizadas como índices relativos a assuntos tratados nos textos, não tendo, portanto, a função de substituí-los.

Os produtos obtidos através da intermediação das LDs são, desse modo, generalizantes. Não se representa o texto individual, mas a classe de assunto à qual ele se refere. A maior ou menor especificidade do assunto a ser representado depende da maior ou menor correspondência da LD ao sistema nocional dos domínios de especialidade. Assim, através de um sistema de classificação enciclopédico, textos muito específicos são classificados em classes de assunto mais gerais; a representação da especificidade dos assuntos de tais textos só será possível através de uma LD voltada, especificamente, para o domínio correspondente.

Os estudos das LDs têm avançado, progressivamente, na direção da definição dos constituintes e de suas interrelações, gerando várias linguagens, de acordo com o domínio de especialidade. Isto, por um lado, permitiu que a área fosse se liberando do monopólio das classificações universais, mas, por outro, tem mostrado inúmeros problemas ligados à falta de rigor na construção das LDs.

Tais problemas se referem: à definição do conjunto de termos que comporá a lista de descritores; à organização dos termos numa mesma rede paradigmática (árvores classificatórias ou relações verticais) que reunirá tais descritores; ao estabelecimento da rede sintagmática (relações horizontais entre descritores e mecanismos de sintaxe) que deverá permitir a agilização da recuperação de assuntos; à definição das chaves de acesso ao sistema (compatibilização de linguagem usuário/sistema).

2.2. CONFIGURAÇÃO DAS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

As LDs mais consistentes para a representação documentária dispõem de um vocabulário que integra, de um

lado, elementos da linguagem de especialidade e das terminologias e, de outro, da LN que é a linguagem dos usuários. Portanto, essas unidades constituem o "léxico" dessas LDs, denominadas, diferentemente, conforme o sistema e a época, como: palavra-chave, descritor, cabeçalho de assunto etc., acompanhadas ou não de uma notação.

O vocabulário documentário tem por objetivo reunir unidades depuradas de tudo aquilo que possa obscurecer o sentido: ambigüidade de vocábulo ou de construção, sinonímia, pobreza informativa, redundância etc. Além disso, ele é fixado de tal forma que seu uso, bem como suas relações estruturais são codificados e não podem mudar ao sabor dos usuários. Assim, chega-se a um instrumento relativamente estável, ainda que possa ser modificado.

Toda LD tem, também, uma sintaxe. Ela é bastante rudimentar nos sistemas de classificação bibliográfica (*Add notes*, na CDD, uso de: +, /, na CDU, por exemplo) e mais desenvolvida nos tesouros, com a utilização de operadores booleanos. O esquema sintático de uma LD permite a delimitação mais precisa de um assunto, através da combinação de seus elementos.

Nos sistemas de classificação convencionais não há preocupação com o controle do vocabulário: é freqüente a utilização de frases, como ocorre, por exemplo, na CDU. Já nos tesouros a função de controle está mais presente. Para este fim, as LDs incorporam procedimentos para a normalização gramatical e semântica. A normalização gramatical se refere à forma de apresentação dos seus elementos quanto ao gênero (geralmente, masculino), número (uso de singular ou plural) e grau. (Para maiores informações, ver GOMES, 1990.) A normalização semântica procura garantir a univocidade na representação dos conceitos e noções de áreas de especialidade.

Quanto à sua configuração interna, as LDs são estruturadas de maneira lógico-semântica. O conjunto nocional básico é apresentado em hierarquias (na vertical), em torno das quais se agregam as unidades informacionais que se relacionam horizontalmente, relações não-hierárquicas,

convencionalmente denominadas associativas. Nenhuma unidade pode figurar numa LD sem que esteja ligada a uma outra.

Nas LDs mais modernas — tesouros — os diferentes tipos de relações entre as unidades são mais claramente apresentados através de recursos notacionais. Já os sistemas de classificação bibliográfica não raras vezes amalgamam, numa mesma hierarquia, relações de natureza diferente.

As variações na forma de apresentação das LDs devem-se à maior ou menor incorporação dos diferentes tipos de relações existentes entre as palavras na LN e entre os termos de especialidade. Tais variações exprimem, também, o maior ou menor aprimoramento da função de representação documentária.

Algumas LDs foram construídas visando, principalmente, a organização dos documentos nas estantes, sendo que sua função de representação, nesse caso, deve ser diferenciada: a representação aqui implícita deve ser entendida como a identificação de documentos com classes genéricas de assuntos reconhecidos mais ou menos canonicamente.

A estrutura básica de uma LD é dada através das relações hierárquicas, que podem ser genéricas, específicas ou partitivas. (Relações genéricas e relações partitivas serão tratadas no capítulo 3.) O vértice da hierarquia é o gênero ou o todo, conforme o caso. As subdivisões sucessivas na hierarquia constituem as espécies e/ou as partes, que podem, novamente, se subdividir. As relações hierárquicas provêm as unidades superordenadas e as unidades subordinadas. Unidades subordinadas ao mesmo vértice, quando no mesmo nível da cadeia, denominam-se coordenadas.

Nos sistemas de classificação bibliográfica a estrutura hierárquica é dada pela notação (decimal, no caso da CDD e da CDU). O vértice das cadeias hierárquicas é constituído por disciplinas convencionais que se subdividem sucessivamente. A indicação dos assuntos é feita através da notação numérica ou alfa-numérica, conforme o tipo de sistema.

A organização básica dos tesouros também é hierárquica, existindo tantos vértices, que equivalem a classes, quantos

forem os aspectos escolhidos para organizar o domínio de especialidade. Nos tesouros mais modernos tais vértices são denominados *Top Terms*, e não constituem descritores, mas identificam as classes escolhidas para reunir os descritores. Via de regra, utilizam-se notações numéricas apenas para apresentar as hierarquias básicas e suas principais subdivisões. Tais notações, entretanto, raramente são utilizadas para descrever o conteúdo dos textos. A ligação lógico-hierárquica entre descritores é, no caso dos tesouros, mais clara, uma vez que é identificada pelos códigos TG (Termo Genérico ou Termo Geral), TE (Termo Específico). Alguns tesouros utilizam, também, os códigos TGP (Termo Genérico Partitivo) e TEP (Termo Específico Partitivo) para apresentar as relações hierárquicas do tipo todo/parte.

As LDs apresentam, também, unidades que são relacionadas de forma não-hierárquica. As relações não-hierárquicas são normalmente denominadas associativas, muito embora não se possa afirmar que as relações hierárquicas também não o sejam. É preciso lembrar, entretanto, que as relações hierárquicas representam associações entre termos que são mais estáveis, enquanto que as relações não hierárquicas expressam outro gênero de proximidade entre os termos. Os relacionamentos não-hierárquicos indicam a ligação entre termos que estão em campos semânticos distintos, porém próximos. Cada termo relacionado pode se constituir no ponto de partida para uma família de termos aparentados.

Nos sistemas de classificação bibliográfica os relacionamentos não-hierárquicos, quando ocorrem, são, erroneamente, “encaixados” nas hierarquias. É só nos tesouros que estas relações são explicitamente identificadas, através do código TR (Termo Relacionado).

Adicionalmente, as LDs apresentam relações de equivalência. Este gênero de relacionamento entre os termos é utilizado para permitir a entrada no sistema, operando no nível da sinonímia e da polissemia. Quase inexistente nos sistemas de classificação bibliográfica (os raros casos aparecem no índice de tais códigos), nos tesouros essas relações são indicadas pelas expressões USE (Use) e UP (Usado Para). As

relações de equivalência estabelecem as remissivas, definindo o conjunto dos não-termos ou não-descritores e dos termos ou descritores. A finalidade dessas remissivas é encaminhar o usuário para os termos preferidos pelo sistema. Constitui-se, desse modo, a chave de acesso ao sistema.

O conjunto de relações que constitui a estrutura do tesouro é, para GOMES (1990, p. 16) “um elemento importante para que ele possa cumprir sua função: ela permite ao usuário (indexador ou consulente) encontrar o(s) termo(s) mais adequado(s), mesmo sem saber, de início, o nome específico para representar a idéia ou o conceito que ele procura. A partir de um termo que o usuário conhece, o tesouro, através de sua estrutura, mostra diversos outros que podem ser tão oportunos ou mais do que aquele que lhe veio à mente”.

Vale ressaltar, ainda, que no uso das LDs podem ser construídas novas relações entre os termos, a partir do conjunto de operadores sintáticos disponíveis, como, por exemplo, as *add notes*, na CDD; + / : ::, no caso da CDU; operadores booleanos, no caso dos tesouros.

Uma vez elaboradas e postas em uso, as LDs mais desenvolvidas, como os tesouros, são permanentemente atualizadas, mediante operações de supressão de termos em desuso, reagrupamento de descritores em função da existência de palavras raramente utilizadas e/ou adição de termos novos. Só assim as LDs se mantêm como instrumentos dinâmicos, capazes de incorporar os avanços do conhecimento, ou as modificações de significado de termos já existentes.

3 SISTEMA NOCIONAL

A todo e qualquer campo de conhecimento corresponde um conjunto de noções que lhe é próprio. As áreas especializadas da experiência humana devem ter seu universo nocional devidamente identificado, a partir de um dado ponto de vista, para que seja possível organizá-lo de forma sistemática, ou seja, inter-relacionada. Só a organização nocional de uma área permite a utilização de instrumentos eficazes para o tratamento e recuperação da informação.

A ausência de um sistema de noções, devidamente sistematizado, inviabiliza o empreendimento de dar forma a um conjunto de palavras, na medida em que esbarra, necessariamente, em dificuldades advindas da falta de compreensão ou da compreensão incorreta das possibilidades de relacionamento entre termos.

Considerando que as LDs, normalmente, funcionam a partir do controle do “vocabulário” em cada área, pode-se facilmente depreender que o sistema nocional de uma área se constitui em um parâmetro básico, ou em viga mestra de sustentação das LDs.

Assim, na prática, a ausência de um sistema nocional compromete não só a indexação, mas também, a economia da própria atividade documentária, fragmentando-a com questões relativas ao significado e à compreensão dos termos. Além disso, não raro, as respostas às questões formuladas submetem-se a variações, segundo o entendimento que cada indexador tem da área ou segundo o humor do momento daquele que opera com a informação, o que, fatalmente, introduz deformações, descaracterizando os instrumentos documentários.

Desta maneira, faz-se necessário estabelecer, *a priori*, que a utilização de qualquer LD supõe a explicitação nocional da área a que se refere e a sua organização na forma de um sistema.

Segundo a norma ISO 1087, um sistema nocional se define como um “conjunto estruturado de noções que reflete as relações estabelecidas entre as noções que o compõem e no qual cada noção é determinada pela sua posição no sistema”. Não basta, portanto, recuperar as noções, enumerando-as. É preciso ir além e estabelecer suas posições relativas, o que se obtém através da determinação das relações que as associam.

A noção ou o conceito, por sua vez, define-se como “unidade de pensamento constituído por propriedades comuns a uma classe de objetos”(ISO 1087). Embora não estejam ligadas a línguas específicas, as noções são expressas por termos e símbolos, sendo influenciadas pelo contexto sócio-cultural.

As noções, devidamente, relacionadas, constituem, pois, o arcabouço fundamental para a organização de uma área, na medida em que possibilitam um ponto de vista, materializado no sistema de noções, para o trabalho documentário.

As relações entre as noções materializam o sistema de noções, que se expressam, documentariamente, em relações hierárquicas e relações não-hierárquicas.

As relações hierárquicas são aquelas que se definem entre noções subordinadas em um ou vários níveis (ISO 1087). Dito de outra forma, as relações hierárquicas são aquelas que acontecem entre termos de um conjunto, onde cada termo é superior ao termo seguinte, por uma característica de natureza normativa.

No conjunto das relações hierárquicas, há que se levar em conta o conceito de ordem e de subordinação. A ordem deve ser observada como uma superordenação que consiste na possibilidade de subdivisão de uma noção hierárquica mais alta em um certo número de noções de nível inferior, chamadas noções subordinadas. É este processo de subdivisão que se denomina subordinação. Inversamente, a noção subordinada é a noção que num “sistema hierárquico pode ser

agrupada com uma ou mais noções do mesmo nível (noções coordenadas entre si), para formar uma noção de nível superior (ISO 1087), ou seja uma superordenação.

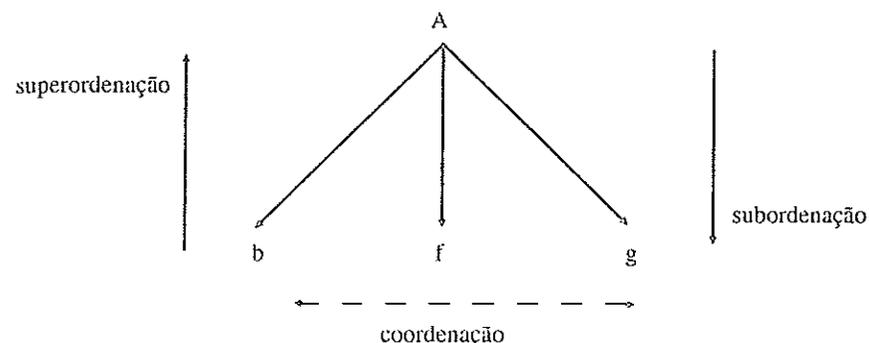


Fig. 1 – Esquema de relações hierárquicas.

A partir das noções de geral/particular e de todo/parte, a análise das relações hierárquicas mostra, pelo menos, três tipos característicos: as relações genéricas, as relações específicas e as relações partitivas, que como os nomes indicam, marcam relações de gênero, portanto globais ou gerais, relações de espécie, logo particulares e relações de parte de um todo.

As relações genéricas definem-se como relações hierárquicas, baseadas na identidade parcial do conjunto de características das noções superordenadas e subordinadas nelas envolvidas. O gênero, nesse sentido, é entendido como noção superordenada que comporta as mesmas características das noções subordinadas a partir dela.

Já as relações específicas definem-se como relações hierárquicas subordinadas que, além de compartilhar das mesmas características da noção que lhes é superordenada, apresenta, pelo menos, uma característica a mais, que as diferencia.

A noção genérica impõe-se, portanto, como conjunção de características comuns, enquanto que a noção específica estabelece uma disjunção a partir da conjunção dada.

A noção específica é, portanto, uma noção subordinada que indica a existência de uma diferença, face a um conjunto de características comuns. Ao mesmo tempo, apresenta as características comuns e pelo menos uma característica que a diferencia da noção genérica.

Assim, por exemplo, ao subdividir o conjunto dos mamíferos em racionais e irracionais, afirma-se, simultaneamente, a existência de uma diferença (racional e irracional) sobre um plano comum ou semelhante (mamíferos).

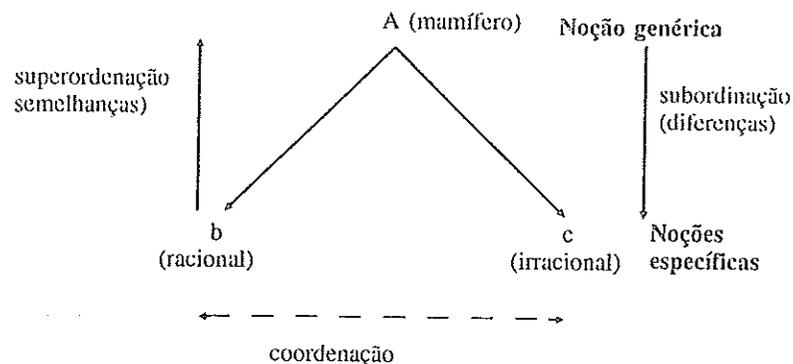


Fig. 2 – Esquema de relação genérica.

Na relação genérica, a superordenação caminha das diferenças para as semelhanças, ou seja, da espécie para o gênero e, inversamente, a subordinação caminha das semelhanças para as diferenças a partir das primeiras, isto é, do gênero para as espécies.

Exemplificando, a noção de “embarcação” subdividide-se, segundo o “tipo”, em noções mais específicas como a de *iate*, *jangada*, *canoa*, *navio*, *chata*, etc. Em relação a essas últimas, a noção específica, “embarcação”, é a noção superordenada. É a partir dessas relações que se pode afirmar que *iate* é uma espécie de “embarcação”, que “embarcação” é um gênero e que *iate* e *canoa* são noções coordenadas.

Já a relação partitiva é um tipo de relação hierárquica, na qual a noção superordenada refere-se a um objeto conside-

rado como um todo e as noções subordinadas a objetos considerados como suas partes. Face a “navio”, a noção de “casco” é uma noção específica partitiva, denotando que “navio” é uma noção referente ao todo (superordenada) e que “casco” é uma noção referente à parte (subordinada). Do mesmo modo, a noção “convés” denota uma subdivisão por partes da noção “navio”. Relacionadas por coordenação, as noções “convés” e “quilha” são denominadas noções coordenadas.

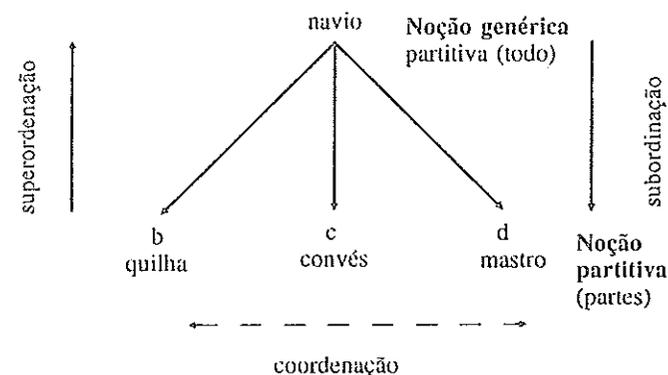


Fig. 3 – Esquema de relação partitiva.

As relações não-hierárquicas, por sua vez, definem-se de forma negativa. Afirma-se que elas recobrem o conjunto de relações que não são passíveis de serem descritas como hierárquicas.

É evidente a insuficiência dessa abordagem. No entanto, concretamente, pouco se pode a ela acrescentar. Se as relações hierárquicas supõem ordem e subordinação, logicamente, as não-hierárquicas não podem supor, exatamente, esses elementos.

A rigor, as relações não-hierárquicas podem ser observadas em dois planos complementares: dentro de uma hierarquia, e neste caso elas correspondem a elementos coordenados, ou seja, elementos que num determinado ponto da

hierarquia encontram-se todos no mesmo nível como, "racional" e "irracional" na figura 2.

Num outro plano estão termos que, em princípio, não apresentam uma relação evidente, como boi e árvore.

As relações que não se submetem a uma hierarquia são aquelas que apresentam entre si uma dependência, resultante de contigüidade espacial ou temporal. Por esta razão, tais relações também são chamadas de relações seqüenciais.

São relações seqüenciais aquelas que se impõem entre as noções de causa e efeito, de produtor e produto, de etapas de um processo, de oposição e de contradição.

O importante é observar que, invariavelmente, as relações seqüenciais não se originam de hierarquias e delas não dependem, não expressando, portanto, a existência de relações gênero/espécie ou todo/parte. Provavelmente, seja essa a razão pela qual tais relações são denominadas, genericamente, associativas.

Entende-se, por isso que expressam algum tipo de relação entre noções, uma vez que não se submetem a hierarquias e são mais livres.

A impropriedade do termo "associação" deve-se, neste caso, ao fato de que qualquer que seja a natureza da relação, ela é, em certo grau, associativa. O problema então continuaria: relações associativas hierárquicas e relações associativas não-hierárquicas.

Por outro lado, a associação não pode ser livre. É preciso reestabelecer o contexto que a valide, ou seja, indagar a sua natureza. O exemplo, transcrito abaixo, da Norma ISO 1087, ilustra este aspecto.

RELAÇÃO PRAGMÁTICA

DOENÇA TRANSMITIDA SEXUALMENTE	ALIENAÇÃO MENTAL INCURÁVEL
Gonorréia	Demência
Sífilis	Esquizofrenia
Câncer	Psicose maníaco depressiva
Linfogranulomatose inguinal	

Figura 4: Motivos médicos juridicamente aceitos para o divórcio

3.1 RELAÇÕES HIERÁRQUICAS

A macro-organização da maior parte das LDs funda-se na organização lógico-hierárquica de suas unidades. A delimitação de classes de assunto é feita a partir de pontos de vista determinados. Tais pontos de vista, por sua vez, estão baseados em postulados de significado ou convenções culturais e ideológicas.

Esse é o caso dos sistemas de classificação bibliográfica como a DEWEY DECIMAL CLASSIFICATION, mais conhecida no Brasil como CDD e da CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL, CDU. Tais sistemas, datados do final do século XIX e atualizados por edições periódicas, pretendem cobrir todo o universo de conhecimento, classificando-o em 10 classes principais, correspondentes a disciplinas consensuais, à época. Tais classes, por sua vez, subdividem-se sucessivamente.

A organização lógico-hierárquica é também a base da organização dos tesouros. Os tesouros têm sua origem na Colon Classification de Ranganathan e nas experiências posteriores desenvolvidas pelo Classification Research Group, referentes à estruturação do conhecimento, a partir da noção de "faceta", ou seja, da noção que privilegia determinados pontos de vista no arranjo dos domínios e subdomínios particulares, em função de objetivos específicos do sistema documentário em questão. A fonte de referência para a construção das hierarquias, neste caso, é a estrutura teórico-conceitual de domínios específicos, determinando-se conjuntos de termos do domínio nuclear, a área de especialização propriamente dita, e de domínios periféricos, áreas complementares, conforme necessidades objetivas do sistema em questão.

No caso dos sistemas de classificação e dos tesouros, a organização da macro-hierarquia e das hierarquias subsequentes depende, portanto, dos princípios ou características de divisão adotados a cada passo, variando conforme objetivos determinados: a CDD e a CDU pretendem referir-se ao universo global de conhecimento, tendo-se curvado, para tanto, às referências para a organização do conhecimento,

postuladas por BACON; já os tesouros voltam-se a domínios cada vez mais particulares, sendo construídos em função de universos muito determinados. São, por essa razão, mais flexíveis quanto à estruturação do esquema classificatório básico e mais adequados ao atendimento das necessidades informacionais de domínios especializados.

A flexibilidade dos tesouros vincula-se a um princípio de utilidade. Desse modo, pode-se construir, para um campo particular do conhecimento, tantos tesouros quantos forem necessários. Cada um deles procurará organizar um dado universo nocional de acordo com o ponto de vista que se imprime ao domínio, para responder a diferentes necessidades. Para a ISO 704, “um objeto específico pode ser visto de diferentes pontos de vista por disciplinas diferentes.”

Assim, por exemplo, “em termodinâmica as características essenciais do conceito ‘líquido’ são aquelas que indicam que ele é ‘*uma substância em estado condensado, intermediário entre sólido e gasoso*’” (idem *ibidem*).

“Em hidromecânica, as características essenciais do conceito ‘líquido’ são que ele é *uma substância que é ‘incompressível’, ‘densa’ e capaz de ‘fluir’*” (idem *ibidem*).

No exemplo da ISO, as características (propriedades) privilegiadas na definição de “líquido”, em termodinâmica ou em mecânica, determinam a definição, implicando, portanto, modos específicos de abordagem do assunto e, conseqüentemente, a construção das hierarquias.

Do mesmo modo, é possível construir tantas hierarquias quantas diferentes conjunções realizarmos entre as palavras. Exemplificando:

ANIMAIS
Mamíferos
Aves
Répteis
Batráquios
Peixes

ANIMAIS
Carnívoros
Herbívoros

Cada uma dessas construções delimita e conforma as noções ou conceitos a serem representados, refletindo escolhas de determinadas propriedades, tal como numa árvore de Porfírio. “O homem é necessariamente mortal somente numa árvore de Porfírio particularmente focalizada no problema da duração da vida” (ECO, 1984, p.51).

Refletindo tais princípios de organização, a configuração das LDs é fruto da organização empírica das propriedades das palavras (e não das coisas), estando fundamentada em postulados sócio-culturais. As classes assim obtidas representam, portanto, pontos de vista determinados sobre os assuntos.

3.1.1 RELAÇÃO GENÉRICA

Uma relação genérica supõe uma noção fundamental que inclui noções específicas que, por sua vez, mantêm com ela relações hierárquicas (BOUTIN-QUESNEL et al., 1985).

Por exemplo, a noção de *árvore* agrupa noções mais específicas de *folhas* e de *coníferas*; por sua vez, as *coníferas* são, segundo a persistência das folhas, *caducas* e *não-caducas* (idem *ibidem*).

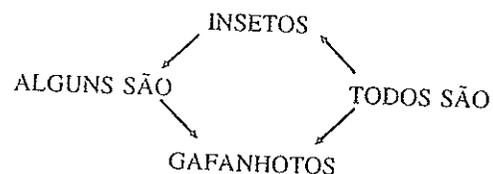
Desse modo, “as relações genéricas indicam que todo conceito que pertence à categoria do conceito específico (a espécie) é parte da extensão do conceito amplo (o gênero). Um conceito específico possui todas as características do conceito mais amplo, mais, pelo menos, uma característica distintiva adicional que serve para diferenciar conceitos específicos no mesmo nível de abstração” (ISO 704).

A *extensão de uma noção* corresponde ao “conjunto de indivíduos aos quais uma noção pode ser aplicada” (BOUTIN-QUESNEL et al., 1985), e diz respeito à “totalidade de todas as espécies que pertencem ao mesmo nível de abstração ou à totalidade dos objetos que têm todas as características do conceito” (ISO 704).

A noção de *extensão* vem sempre associada à de *intensão* ou *compreensão*. Intensão de uma noção é o “conjunto de

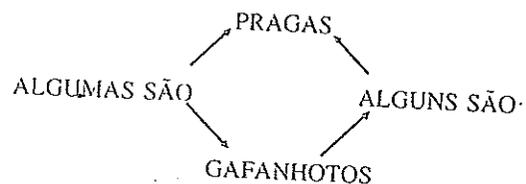
características que compõem esta noção (BOUTIN-QUESNEL et al., 1985); já a intensão de um conceito diz respeito à totalidade das características deste conceito (ISO 704). Portanto, quanto maior a intensão do conceito, menor sua extensão e vice-versa. Ou seja, quanto maior o número de características que compõem um conceito, menor é o número de objetos que compartilham destas características (lei da correlação reversa).

A validade de uma relação genérica pode ser constatada através de um esquema lógico do tipo “todos/alguns”.



O esquema precedente (IBICT, 1984, p.26; ISO2788-1986, 1989, p.605) indica que alguns membros da classe “Insetos” são conhecidos como “Gafanhotos”, enquanto que todos os “Gafanhotos” são “Insetos”, por definição e independentemente do contexto. Isso porque a classificação tem por base as características que são necessárias e suficientes para distinguir noções. O conjunto de objetos ao qual se atribui características ou propriedades comuns, ou seja, ao qual foi aplicada a mesma característica de divisão, forma a classe.

Através do teste de classe, garante-se que o termo “Gafanhotos” não seja indevidamente subordinado à classe de “Pragas”, conforme o esquema abaixo:



Podem existir, todavia, casos especiais onde o campo “Controle de Pragas” determina a subordinação de “Gafanhotos” a “Pragas”, atendendo a objetivos muito específicos (idem ibidem).

Conforme já mencionado, uma seqüência de conceitos subordinados forma uma seqüência vertical, enquanto que noções diferenciadas no mesmo nível de abstração formam uma seqüência horizontal, denominada coordenação.

A coordenação resulta, pois, da associação entre noções obtidas através da divisão a partir de uma mesma característica. São, portanto, coordenadas as noções obtidas a partir de “máquina”, resultante da subdivisão por tipo: máquina de moer carne, de costura, de fresar, de macarrão etc.

3.1.2 RELAÇÃO PARTITIVA

A relação partitiva expressa a relação entre o todo e suas partes. É preciso observar que a relação partitiva não se confunde com a relação genérica, embora geralmente elas sejam representadas do mesmo modo.

Na relação partitiva o conceito da parte depende do conceito do todo. O conceito da parte não pode ser definido previamente à definição do conceito do todo. Não podemos definir “um motor de automóvel”, antes de definirmos “um automóvel” (ISO 704):

As Diretrizes para a elaboração de tesouros da UNESCO reconhecem quatro tipos principais de classes que representam relacionamento todo/parte: sistemas e órgãos do corpo, localidades geográficas, disciplinas ou áreas de estudo e estruturas sociais hierarquizadas (IBICT, 1984).

Os conceitos que estão em uma relação partitiva podem formar séries horizontais e verticais similares às séries horizontais e verticais formadas por relações genéricas (ISO 704), como no exemplo:

SISTEMA NERVOSO

Noção genérica partitiva

SISTEMA NERVOSO CENTRAL

Noções partitivas

CÉREBRO

MEDULA ESPINHAL

(Fonte: IBICT, 1984, p.27)

Tais relações estão presentes nos sistemas de classificação bibliográfica como a CDD e a CDU.

Também os relacionamentos enumerativos podem ser considerados como uma modalidade de relação partitiva, na medida em que indicam “a conexão existente entre uma categoria geral de objetos ou acontecimentos expressos mediante um substantivo comum e um caso individual de tal categoria, que constitui um exemplo ou classe de um só elemento, representado por um nome próprio”, como em:

REGIÕES MONTANHOSAS

Andes

Himalaia

FONTE: (ISO 2788)

Neste caso, Andes e Himalaia são subordinados hierarquicamente, porque, mesmo que não sejam tipos nem partes de “regiões montanhosas”, representam exemplos ou casos específicos do termo genérico (Idem *ibidem*).

3.2 RELAÇÕES NÃO-HIERÁRQUICAS OU SEQÜENCIAIS

As relações seqüenciais são relações que apresentam, como vimos, uma dependência resultante de uma contigüidade espacial ou temporal (BOUTIN-QUESNEL et al., 1985), do tipo Causa/Efeito, Antes/Depois, Esquerda/Direita, Acima/Abaixo, Produtor/Produto, Material/Produto.

Tais relações podem, também, representar estágios de um processo de desenvolvimento ou de produção, procedi-

mentos legais, procedimentos administrativos. Conceitos deste tipo, com alguma freqüência, representam ações que podem ser subdivididas em ações partitivas, tomando lugar consecutivamente ou simultaneamente (ISO 704).

A grande dificuldade para definir as relações associativas não-hierárquicas deve-se ao fato de que todas as palavras, termos ou conceitos podem se relacionar entre si em algum momento. Isto porque as associações dependem, em larga medida, do universo de referência considerado.

As associações entre termos pertencentes a categorias diferentes são dadas a partir do universo de referência individual. Para o controle de vocabulário, entretanto, é essencial conhecer e explicitar determinados universos de referência.

Tais referências só podem estar assentadas em princípios funcionais, como o reconhece Dahlberg, para quem um relacionamento funcional é “aquele em que um termo que denote atividade ou operação se liga, conceitualmente, a uma entidade ou propriedade” (apud IBICT, 1984, p.31). Assim sendo, a delimitação das associações entre os termos deve se ligar à estrutura conceitual de domínios específicos, operacionalizada pela terminologia, onde os conceitos deverão estar mapeados e definidos. Escapa-se, desta maneira, da virtualidade associativa passível de ser desencadeada em LN; confere-se, por outro lado, consistência aos procedimentos para a determinação das associações em domínios específicos.

Como ressalta o documento do IBICT, “não existe pesquisa suficiente para determinar as bases teóricas das relações associativas” (IBICT, 1984, p.31). Face a esse problema, a maior parte das recomendações existentes nos manuais e normas para construção de LDs são resultantes da prática (*idem ibidem*).

A experiência na elaboração de LDs permitiu enumerar vários tipos de associação, segundo a sua natureza. Entretanto, a ocorrência e utilidade desta ou daquela associação depende do modo de organização dos domínios de especificidade.

Confrontando-se as recomendações dispostas pelo IBICT, e aquelas apresentadas por LANCASTER (1987) e por MOTTA

(1987), observa-se grande variedade de relações marcadas por diferentes pontos de vista. Abaixo estão reunidos um grande número de exemplos passíveis de esclarecer as complexas relações entre termos, cuja associação resulta de contigüidade temporal ou espacial:

a) Atributiva:

ECONOMIA	NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA
----------	------------------------------

b) Disciplina ou campo de estudo/objetos ou fenômenos estudados:

ENTOMOLOGIA	INSETOS
-------------	---------

ESTÉTICA	BELEZA
----------	--------

PACIFISMO	PAZ
-----------	-----

c) Processo ou operação/seu agente ou instrumento:

CONTROLE DA TEMPERATURA	TERMOSTATOS
ILUMINAÇÃO	LÂMPADAS
AUTOMAÇÃO	COMPUTADORES
AQUECIMENTO	COMBUSTÍVEIS
POLÍTICA MONETÁRIA	TAXAS DE JUROS

d) Influência:

POLÍTICA MONETÁRIA	INFLAÇÃO
--------------------	----------

e) Matéria-prima/produto:

BAUXITA	ALUMÍNIO
---------	----------

f) Coisa/aplicação:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	IRRIGAÇÃO
-----------------------	-----------

g) Ação/resultado da ação

TECELAGEM	TECIDOS
PINTURA (Arte)	MURAI
CRESCIMENTO	DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO	ECONÔMICO

h) Causalidade ou Causa/Conseqüência:

CRESCIMENTO	DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO	ECONÔMICO

i) Efeito/Causa:

FEBRE	INFECÇÃO
-------	----------

j) Dependência causal:

DOENÇAS	AGENTES
PATOGÊNICOS	

k) Atividade/agente:

TABAGISMO	FUMO
-----------	------

l) Atividade/propriedade:

CORTE	USINABILIDADE
-------	---------------

m) Atividades complementares:

COMPRA	VENDA
--------	-------

n) Opostos:

VIDA	MORTE
EMPREGO	DESEMPREGO

o) Ação/ seu paciente:

EXTRADIÇÃO	CRIMINOSOS
PESCADO	PESCA

p) Coisa ou atividade/ suas propriedades ou agentes

VENENOS	TOXIDADE
CORTE	USINABILIDADE
CRIANÇA SUPERDOTADA	INTELIGÊNCIA

q) Coisa/ seu contra-agente:

INSETOS	INSETICIDAS
---------	-------------

r) Atividade/produto:

TEAR	TECIDO
------	--------

s) Pessoas ou coisas/ suas origens:

BRASILEIROS	BRASIL
-------------	--------

t) Associação implícita:

BALANÇO DE	COMÉRCIO
PAGAMENTO	INTERNACIONAL

Obs.: Esta associação inclui, segundo MOTTA, todas aquelas que não se conformaram aos exemplos anteriormente referidos (idem ibidem).

u) Expressões sincategoremáticas/ substantivos nelas incluídos:

PEIXES FÓSSEIS	PEIXES
FLORES DE PAPEL	FLORES

v) Interfaceta:

NÍVEL DE ATIVIDADE	POLÍTICA
ECONÔMICA	MONETÁRIA

Obs: Política Monetária (B) é associado a Nível de Atividade Econômica (A) "porque A já havia sido associado a B, previamente, pelo fato de A ser uma das características de B, e sem que B seja, necessariamente, uma das características de A" (MOTTA, 1987, p.49).

RELAÇÕES LINGÜÍSTICAS E DOCUMENTAÇÃO

Uma vez estabelecido um sistema nocional, existem condições para propor relações entre termos. O rigor com que tais relações se propõem determina o grau de controle de uma linguagem construída. Dito de outro modo, uma linguagem construída é produto de uma operação nas palavras, que as transforma em termos. De fato, a linguagem construída neutraliza as diferenças existentes na relação entre a palavra e seus significados em LN. Nela não podem coexistir, por exemplo, duas ou mais palavras que se refiram a um mesmo conceito ou uma palavra para designar vários conceitos, sem que o fato seja suficientemente registrado, ou seja, devidamente “controlado”. Por essa razão, as linguagens documentárias integram vocabulários controlados.

Para caracterizar o que vem a ser o controle do vocabulário, é preciso entender como se comporta a significação. BAKHTIN (1981) observa que, no plano ideológico, a palavra é uma unidade “neutra”, isto é, apta a se adequar a diferentes padrões culturais. E isso ocorre porque ela é portadora de uma gama de significação que a torna capaz de assumir sentidos ou valores diferentes, dependendo do contexto.

Assim, a despeito de seus semas básicos que constituem o que se poderia chamar núcleo “duro” de significação da palavra, ela como que se amolda a cada realidade contextual, permitindo diferentes focalizações.

Desta forma, é impróprio dizer que uma dada palavra tem o significado y, embora seja viável, a partir de um significado básico, afirmar que ela assume vários sentidos ou

valores, dependendo de contextos. Não é por acaso, pois, que a LN se propõe como espaço para o exercício da liberdade. O sujeito falante não é apenas um reprodutor de sentido. Ao se apossar da Linguagem, ele exercita o ato de significar, que supõe liberdade de escolha.

Esta é uma das razões pelas quais a LN se define, invariavelmente, pela sua dinamicidade, já que, a cada momento, ela se transforma, evolui. É o instrumento de representação da realidade que deve ser caracterizado como múltiplo e plurissignificativo.

As unidades constitutivas das linguagens construídas, ao contrário, significam de maneira precisa. Contrapõem-se às unidades da LN, justamente, por imporem significados fixos, de maneira coercitiva. Ao contrário da palavra polissêmica do vocabulário geral da LN, o termo do vocabulário especializado das linguagens construídas tende a se comportar de maneira uniforme, com pequenas variações, isto é, nele as relações entre forma significante e significado tendem a ser unívocas. Diz-se, nesse caso, que o termo, ao contrário da palavra polissêmica, é de natureza monossêmica. Em diagrama:



É preciso entender, portanto, que é intrínseco à palavra significar de maneira própria a cada ocorrência. Esse não é um defeito. É antes uma característica importantíssima para a interpretação do mundo. Não se pode exigir que a LN decline da sua função também interpretativa e criadora para exercitar apenas a função informativa. As LDs, ao contrário, porque são elaboradas para o exercício estrito da função informativa

compreendem unidades capazes de representar informação. Não é suficiente que tais unidades signifiquem. É necessário que elas signifiquem de maneira determinada.

Portanto, quando se afirma que as linguagens documentárias supõem o controle do vocabulário, afirma-se, simultaneamente:

a) a existência de mecanismos interpretativos próprios, uma vez que não se pode utilizar o mecanismo interpretativo da LN para determinar significados das unidades destinadas à representação da informação;

b) a possibilidade de se produzir linguagens de natureza monossêmica que participam da elaboração de LDs. Face à natureza plurissêmica da LN, a elaboração de LDs supõe alterar a fonte de significação, isto é, alterar a possibilidade de significar, orientando-a para a necessidade de fixar significados. Este processo permite a transformação da unidade de significação em unidade de informação.

c) a existência de um vocabulário próprio de uma LD que comporta, preferencialmente, unidades de linguagens de especialidade, isto é, termos, também denominados "vocabulários especializados". O vocabulário geral que se compõe de palavras, se, por um lado, é mais rico que o primeiro, por outro, pelo lado do tratamento da informação, é mais limitado.

4.1 POLISSEMIA E AMBIGÜIDADE

Para a Lingüística a palavra é sempre fonte de significação, mas há que se distinguir a plurissignificação como fenômeno geral, decorrente da organização sintático-semântica de enunciados e a polissemia, fenômeno específico da área vocabular.

A ambigüidade, por sua vez, é entendida como a possibilidade de uma comunicação lingüística se prestar a mais de uma interpretação e ocorre em função tanto da plurissignificação, como da polissemia.

De fato, ela pode ser conseqüência, na área vocabular, da polissemia ou da homonímia e, no plano mais geral, de deficiências na utilização de padrões sintático-semânticos.

Pela polissemia, como foi mencionado anteriormente, observa-se que uma palavra pode comportar mais de um significado, como em “Hoje trabalhei muito *com* ar condicionado”, em que tanto posso estar dizendo que trabalhei com aparelhos de ar condicionado, quanto sob ar condicionado. Ou na frase “O *cachorro* do meu vizinho uivou a noite toda”, onde posso estar dizendo que o cachorro pertence ao meu vizinho, ou que o meu vizinho é um cachorro.

Em função da homonímia, que consiste em uma mesma forma significante remeter a duas realidades vocabulares diversas, sejam unidades com identidade fônica (homofonia) ou identidade gráfica (homografia), pode-se gerar ambigüidade. Por exemplo, numa frase como “O mestre entregou a *cadeira* ao colega”, o significante *cadeira* tanto pode remeter à palavra *cadeira* = objeto para sentar, quanto a *cadeira* = cátedra de um docente.

Pelas deficiências no uso de padrões sintáticos se evidenciam também ambigüidades, geralmente, resolvidas em LN com modificações de colocação, como em “Os juízes encaravam os réus enigmáticos”, onde tanto a significação pode ser relativa à atitude dos juízes, quanto ao estado dos réus. A colocação dos sintagmas, ou a seleção de padrões sintáticos pode, entretanto, desambigüizar a frase: “Os juízes enigmáticos encaravam os réus” ou “Os juízes encaravam os réus que eram (estavam) enigmáticos”.

Numa linguagem documentária, tanto a polissemia quanto a ambigüidade devem ser neutralizadas, para que seja garantida a monossemia.

A ambigüidade evidencia, de maneira inequívoca, a divergência entre a aparência e a realidade do sistema e nos permite dizer que a aparência não é sempre a pista interpretativa mais segura. Levados pela aparência, operamos, normalmente, com os mecanismos interpretativos habituais e nos

acostumamos com significados repetitivos. Isso diz respeito aos nossos hábitos e não ao sistema lingüístico.

Pouco adianta normalizar o sistema e continuar com os mesmos hábitos. Sendo assim, supor que apenas a homonímia gramatical deva ser controlada é negar o caráter polissêmico (ou plurissignificativo) da linguagem. A polissemia não é a ambigüidade, porque relaciona-se às leis relativamente gerais que regulam a passagem de uma significação a outra. A maioria das unidades lingüísticas tem uma significação geral que lhes permite operar em situações diferentes. Essa característica, como vimos, diz respeito à própria natureza da linguagem e não autoriza afirmar que toda expressão seja ambígua. Por exemplo, a palavra *casamento* significa globalmente “união”. No entanto, a cada uso associam-se a ela traços de modo a garantir uma variação, uma significação própria.

Por estarem num sistema relacional, as palavras devem ser observadas em oposição umas às outras. Em si mesma, por exemplo, a palavra “alta” pode ser incorretamente interpretada como ambígua, já que pode estar associada a significações diferentes, como: criança alta e mulher alta. O mesmo pode-se afirmar em relação à palavra “baixo”, uma vez que “criança baixa” e “mulher baixa” apresentam igualmente significações diversas. A ambigüidade das palavras inexistente se as observamos como oposição. Fica evidente, desse modo, que “criança baixa”/“criança alta” é uma oposição análoga à oposição “mulher baixa”/“mulher alta”. A significação, nesse caso, denomina-se oposicional e possibilita determinar o sentido propondo limites para a indeterminação original.

Estamos diante, então, de dois fenômenos que devem ser objeto das operações de elaboração de linguagens documentárias: a polissemia, responsável pelas leis que regulam a passagem de uma significação a outra, que deve ser contida, de modo que as unidades sejam capazes de representar a informação. A informação, ao contrário da significação geral, deve ser determinada. Para que ela o seja a significação que a representa não pode ser de natureza polissêmica. A monossemia, natureza desejável das LDs, é obtida através de

redes relacionais e definições dos termos. Isto quer dizer que, ao contrário da LN, onde a riqueza vincula-se à polissemia, a fixação de relações e definições precisas é seu princípio organizador elementar e básico.

Assim, ao operar com LDs devemos analisá-las tendo em vista desvendar o modo pelo qual nelas as significações são organizadas.

A rigor, não se deseja que um termo se enriqueça. Exige-se que ele expresse conceitos determinados. A definição deve propor uma expressão (sintagma ou palavra) semanticamente equivalente à unidade a ser definida. Não se deve descrever o objeto concreto, por ex. ferro ou água, mas o funcionamento lingüístico do termo no sistema nocional em questão, por exemplo, Fe e H₂O, respectivamente, para o vocabulário da química.

O termo, também, se define por suas relações com outros termos. Extraindo o termo do lugar que ocupa, o qual lhe confere seu valor, privamo-nos do único meio possível para definir sua existência lingüística, rigorosa o suficiente para garantir seu funcionamento como unidade de informação.

Sendo assim, Fe e H₂O passam a ter significados fixados e determinados. Integram um vocabulário especializado (técnico ou científico). Seus correlatos ferro e água integram o vocabulário geral da LN, no qual podem assumir significações diversas. Por exemplo, ferro, em relação ao objeto, conceito etc.

Por vezes, observa-se confusão entre ambigüidade e polissemia. A ambigüidade lexical impõe-se através da polissemia e da homonímia. Na linguagem documentária, a ambigüidade é tratada através de modificadores que contextualizam o sentido. Ex.: planta (botânica), planta (arquitetura), companhia (empresa), companhia (pessoa).

Em princípio, em LN, a ambigüidade é facilmente resolvida pelo contexto. O mesmo não ocorre com a polissemia. Na visão ingênua que identifica ambigüidade e polissemia, acabamos por acreditar que apenas a ambigüidade nos leva à indeterminação do sentido. Ela é, de fato, o fenômeno mais aparente e o menos grave. A armadilha é acreditar que a

palavra tenha um único significado. Nega-se a polissemia como fenômeno global e estabelecem-se operadores de sentido que pouco têm a ver com o campo nocional, isto é, substitui-se o conceito ou noção próprio dos vocabulários especializados pelas indeterminações do vocabulário geral.

Para neutralizar a polissemia é preciso lançar mão de dois recursos: elaboração de redes relacionais e estabelecimento de definições e notas de escopo, sempre que as redes se mostrarem insuficientes para a interpretação unívoca da significação. Tais recursos impõem operadores de sentido, isto é, elementos que conduzem o indexador a interpretar adequadamente, em conformidade com o sistema nocional em questão.

4.2 SINONÍMIA

A sinonímia é uma relação de equivalência entre, ao menos, duas palavras. Através dela não se afirma a identidade entre os elementos envolvidos na relação. Isto é, x equivale a y indica que x pode, em determinadas circunstâncias, substituir y. A equivalência é um recurso normalizador importante para a compreensão de uma linguagem documentária. De um lado, permite normalizar a polissemia, indicando que várias palavras, uma vez que compartilham significados próximos, expressam-se por um mesmo descritor. De outro, permite compatibilizar a linguagem dos usuários com a linguagem do sistema, funcionando assim como operador de sentido.

É importante entendê-la sempre como consequência do contexto. Este fator caracteriza a equivalência como uma operação relativamente arbitrária, mas isso é pouco importante, uma vez que a arbitrariedade esteja registrada.

De fato, a transformação da unidade de significação em unidade de informação é a característica fundamental do controle de vocabulário, já que numa linguagem construída, a cada unidade de informação deve corresponder um único sentido referencial.

No entanto, a existência de sinônimos ou quase-sinônimos

nos leva a considerar relações de equivalência para o trabalho documentário.

A grande importância das relações de equivalência é que elas intensificam o processo de controle sobre a variação de significado, permitindo maior rigor no tratamento da informação e eficácia na sua recuperação. Como os outros gêneros de relações mencionadas anteriormente, as relações de equivalência introduzem parâmetros para o uso da linguagem, determinadas por um grupo.

No sentido estrito, a sinonímia pode ser definida como identidade de significação entre elementos lexicais, porém, a existência de sinonímia absoluta é controversa, sendo causa de inúmeros debates entre lexicólogos. Alguns autores admitem sua existência para o caso da equivalência entre duas línguas funcionais, como em *Gaivotas* — nome popular / *Larídeos* — nome científico; outros, ao contrário, tratam tais equivalências como quase-sinonímia.

Entre lingüistas é mais freqüente a aceitação do conceito de quase-sinônimo, ou de para-sinônimo, uma vez que parece muito pouco provável que, em LN, duas palavras portadoras de exatamente o mesmo significado possam sobreviver.

Entre documentalistas também são utilizados os conceitos de sinônimo e quase-sinônimo. Enquanto sinônimo indica cada um dos termos de uma língua dada que designam uma mesma noção, mas que se situam em níveis da língua ou de conceptualização diferentes, ou que se empregam em situações de comunicação diferentes, quase-sinônimos designam formas que não são intercambiáveis em todos os enunciados relativos a um mesmo domínio.

A variada gama de quase-sinônimos, talvez, possa ser resumida em alguns tipos:

— palavras pertencentes a dialetos diferentes (dialetos regionais, sociais, etários etc.), como *pesquisa* (Brasil) / *investigação* (Portugal); *avião* / *aeroplano*;

— palavras pertencentes a diferentes estilos ou registros, como *dor de cabeça* / *cefaléia*; *gaivotas* / *larídeos*; *ácido clorídrico* (química) / *ácido muriático* (construção civil);

— palavras que guardam apenas uma diferença emotiva

ou valorativa, como países em vias de desenvolvimento / países subdesenvolvidos;

— palavras que têm sua ocorrência limitada, na medida que só aparecem com outras, como “*de barbear*” que vem com lâminas: *giletas* / *lâminas de barbear*;

— palavras cujos significados são de fato muito próximos e se intersectam, como *belo/bonito*; *casa/residência*; *falecimento/morte*.

Na elaboração de LDs é fundamental um trabalho específico com sinônimos e quase-sinônimos, uma vez que essas linguagens têm por função compatibilizar pelo menos duas outras linguagens: a de especialidade ou da literatura em questão e a do usuário, através de termos preferenciais.

Numa acepção mais ampla, como é o caso da sinonímia utilizada na elaboração de tesouros, dois termos são sinônimos quando têm a possibilidade funcional de se substituírem um ao outro, podendo compreender tanto a sinonímia absoluta como a quase-sinonímia. A sinonímia nas LDs é de caráter eminentemente preferencial e visa remeter o usuário de um termo não-preferencial, para um termo selecionado, ou preferencial.

4.3 HIPONÍMIA

Do ponto de vista da Lingüística, a estruturação hierárquica de um vocabulário pode ser dada sob dois modos: por uma relação de hiponímia ou através da relação *parte/todo*.

No nível das relações de sentido o problema da significação pode ser visto sob diversos ângulos, ou seja, a partir de diversas categorias.

A categoria denominada hiponímia opera com a noção de inclusão, a mesma noção que permite reunir unidades numa classe. Assim, *rosa* e *cravo* estão incluídas em *flor*, ou *gato* e *leão* estão incluídos em *animal*, ou *escarlata* está incluído em *vermelho*.

A inclusão tem a ver, pois, com a inserção de um dado elemento numa classe. Isso dito de outra forma, indica que a

hiponímia expressa “a relação existente entre um lexema mais específico, ou subordinado, e um lexema mais geral ou superordenado, tal como é exemplificada por pares como ‘vaca’: ‘animal’, ‘rosa’: ‘flor’ etc.” (LYONS, 1977, p.235).

Nesta relação há que se considerar dois termos: o superior, denominado por LYONS (1977) Superordenado e o inferior, Hipônimo.

Os termos constitutivos de uma classe são, pois, co-hipônimos. Entretanto é necessário observar que, nem toda classe dispõe de um superordenado. E mais: a existência de um superordenado encabeçando uma classe pode variar de língua para língua.

LYONS menciona a existência, em grego clássico, de uma forma superordenada para abranger todas as profissões e ofícios, desde sapateiro, médico, passando por tocador de flauta e timoneiro. Em inglês e em português não há palavra que possa encabeçar conjunto tão variado. Neste caso, tem-se uma lacuna lexical.

A hiponímia pode ser definida, também, em termos de implicação unilateral e representa uma relação transitiva, de tal modo que se ‘x’ é hipônimo de ‘y’ e ‘y’ é hipônimo de ‘z’, então ‘x’ é hipônimo de ‘z’.

Ex.: vaca —> mamífero —> animal

vaca —> animal

A hiponímia é, ainda, uma proposição analítica, sendo que a leitura e compreensão do significado dos hipônimos pode ser feita segundo a fórmula ‘x é uma espécie (ou tipo) de y’: o gato é uma espécie de animal.

A relação de hiponímia/hiperonímia (ou subordinação/superordenação) permite verificar que um termo pertence, ou subordina-se a um termo mais geral, o gênero, mas não permite identificar em que os termos subordinados se diferenciam entre si.

Por outro lado, em virtude da polissemia, uma mesma palavra pode aparecer em vários pontos da hierarquia. PAL-

MER (1976) menciona como exemplo a palavra *animal* que pode ser usada em três pontos da cadeia:

1. em contraste com “vegetal”, incluindo, neste caso *aves*, *peixes*, *insetos*, *mamíferos*;
2. no sentido de “mamífero”, contrapondo-se a *aves*, *peixes* e *insetos*, mas incluindo *seres humanos e bichos*;
3. no sentido de “bicho”, opondo-se a *seres humanos*.

Assim, a palavra *animal* poderá surgir três vezes na classificação hierárquica da natureza, como mostra Palmer (p.92):

<i>Com vida</i>	vs	<i>Sem vida</i>
vegetal		<i>animal</i>
	ave	peixe inseto <i>animal</i>
		humano <i>animal</i>

Os exemplos poderiam se multiplicar. No entanto, parece ser suficiente levar em conta que, em razão da polissemia, um termo como *cão* pode, por ser o genérico da classe, ser tomado como superordenado e como hipônimo, respeitadas, naturalmente, as situações contextuais:

<i>cão</i>
<i>cão</i> cadela cachorro

Resta observar que além da noção de inclusão, a hiponímia contém implícita, também, a relação lógica de consequência, já que ao dizer “Isto é uma rosa”, tem-se, necessariamente, o pressuposto “Isto é uma flor”. Ou seja, a frase que contém o hipônimo pressupõe, necessariamente, o superordenado. O inverso, evidentemente, não é verdadeiro.

Se os membros de uma classe são especificados com “todos”, ocorre o inverso:

“Todas as flores são belas” inclui “Todas as rosas são belas”, mas o inverso não é verdadeiro.

Pode-se dizer que a relação de hiponímia representa uma operação de conjunção face ao termo superordenado, bem como de disjunção, tomando-se a série de termos obtidos a partir da divisão realizada.

Como na LN, nas LDs a superordenação/subordinação representa um caso de implicação unilateral, onde o termo superordenado implica termos subordinados, denominados hipônimos.

Em termos do léxico, o sentido de um hipônimo é produto do sentido de um nome superordenado e de um modificador adjetival real ou potencial, que responde a perguntas do seguinte tipo: ‘que espécie de ...?’; ‘que tipo de ...?’. Por exemplo, “Que espécie de animal era?”

Era um elefante.

Dito de outro modo, a resposta a perguntas desse gênero — e outras similares, do tipo ‘como ...?’; ‘de que maneira ...?’ — se dão a partir da introdução de uma diferença, que produz as subclasses.

Os co-hipônimos — ou os termos coordenados que formam uma mesma série — contrastam em sentido, sendo que a natureza do contraste pode ser explicada em termos das diferentes modificações adjetivais (LYONS, 1977).

Pode-se dizer que as modificações adjetivais no léxico correspondem, nas LDs, a características ou propriedades que realizam a individuação de termos. Do ponto de vista extensional, os termos que se subordinam a um superordenado contêm todos os elementos que caracterizam a classe, mais um que os distingue dos demais.

A relação de hiponímia colocada pela lingüística permite explicar, nas LDs, vários tipos de relacionamentos tomados como hierárquicos que não cabem dentro da classificação gênero/espécie (e tampouco nas relações todo/parte, parte/parte).

Há casos, por exemplo, em que dois ou mais termos encontram-se em contraste e não existem, no léxico, palavras (ou termos, no caso das LDs) que lhes sejam superordenados e, a não ser que se utilizem elementos de natureza diferente, provenientes de outras partes do discurso, não é possível reuni-los.

Exemplo.: cidades médias
 cidades pequenas Tamanho das cidades
 megalópoles

Este é um caso de relação quase-paradigmática (ou uma quase-hiponímia), uma vez que utiliza-se uma expressão mais geral (“tamanho”) para reunir os diferentes tipos de cidade.

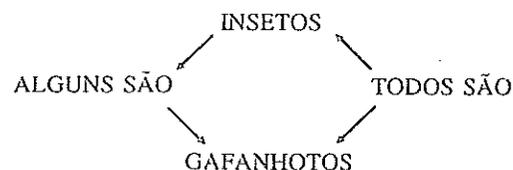
Aqui, entretanto, não é válida a aplicação da fórmula “x é um gênero de y”. A frase obtida da sua aplicação não é natural ou é inaceitável. A estruturação do vocabulário, neste caso, é feita por outras palavras ou sintagmas que desempenham o mesmo papel de “que gênero de ...” (ou que espécie de ...).

“Comparáveis às questões *Que gênero de animal era?*, e *Era uma vaca ou outra espécie de animal?*, são *Como é que ele obteve isso - comprando-o ou roubando-o?* e *Ele comprou isso ou arranhou-o de algum outro modo?*” (LYONS, 1977, p.237) ... ou ainda, no caso de adjetivos “*Quando dizes que o teu vestido é carmim, queres dizer que é em tons de vermelho ou de outra cor?* Assim como podemos dizer *A vaca é um animal de um certo gênero*, também podemos dizer ... *Comprar alguma coisa é obtê-la de uma determinada maneira* e *Um objeto carmim é um objeto vermelho de uma certa maneira*” (idem *ibidem*).

Em resumo, responde-se, nestes casos, a perguntas do tipo “como” e “de que maneira”, muito embora elas não possam, também, ser amplamente empregadas com sucesso. A hiponímia, na verdade, pode manifestar-se de muitas maneiras.

Isto explica porque não é possível aplicar, muitas vezes, o esquema lógico “todos/alguns” sugerido pelos manuais de elaboração de vocabulários documentários.

O exemplo anteriormente mencionado:



sugere o esquema como meio para a validação de um relacionamento genérico, indicando que alguns membros da classe “Insetos” são conhecidos como “Gafanhotos”, enquanto que todos os “Gafanhotos” são “Insetos”, por definição e independentemente do contexto (IBICT, 1984, p.26; ISO2788, 1986, 1989, p. 605).

Entretanto, ele não funcionaria no exemplo anterior, relativo a ‘Cidades’. A língua, na verdade, não é rigidamente estruturada em termos lógicos.

As diferentes séries formadas a partir de um mesmo termo podem ser vistas como o resultado de diferentes modos de realizar a conjunção, oriunda dos diferentes pontos tomados como origem da subdivisão e/ou das diferentes características tomadas para a construção de cada hierarquia.

Esse aspecto se relaciona com a adoção das categorias aristotélicas de predicação — substância, modo, quantidade, qualidade etc. — e suas atualizações nos seus desenvolvimentos subsequentes. Em Documentação, por exemplo, Ranganathan utilizou cinco categorias para agrupar os assuntos: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo.

Para a área de Ciência e Tecnologia, o Classification Research Group — CRG sugeriu que os termos fossem agrupados segundo as seguintes categorias fundamentais: substância (produto), órgão, constituinte, estrutura, forma, propriedade, objeto da ação (materiais brutos, materiais não tratados), ação, operação, processos, agente, espaço e tempo. Barbara Kyle, também integrante do CRG, distinguiu as Artes, as Atividades, os Objetivos, os Objetos, as Idéias, as Abstrações.

Ainda na área de Documentação, SHERA & EGAN

(1969) propuseram as categorias Agente, Ação, Modo, Objeto, Objeto de ação, Tempo, Espaço e Produto. GROLIER (1962), por seu lado, sugeriu categorias constantes de Tempo, Espaço, Ação e categorias variáveis como Substância, Órgão, Analítico, Sintético, Propriedade, Forma e Organização.

Na área da Lingüística vale ressaltar os “casos conceptuais” de Pottier (1974): Causativo, Instrumental, Agentivo, Nominativo, Ergativo, Acusativo, Associativo, Locativo, Dativo, Beneficiativo, Finalidade.

De um modo ou outro, todas essas noções ou facetas remontam à classificação aristotélica e kantiana. A estruturação do vocabulário em áreas distintas definirá as noções funcionais mais generalizantes a serem adotadas. Por outro lado, tal estruturação, dada em função de relações de hiponímia e quase-hiponímia, pode ser realizada através de um pequeno número de lexemas (noções generalizantes, categorias, facetas) com sentido muito geral.

Pode-se afirmar, com Lyons, que nem sempre é possível estruturar hierarquicamente os lexemas em termos de hiponímia, dada a ausência de lexicalização, em algumas línguas. Não há, em português, por exemplo, nenhum lexema que seja superordenado a todos os nomes abstratos ou a todos os nomes concretos etc. O que se encontra, ao contrário, são conjuntos de lexemas muito gerais — “‘pessoa’ (ou ‘indivíduo’), ‘animal’, ‘peixe’, ‘ave’, ‘inseto’, ‘coisa’, ‘lugar’, ‘substância’, ‘matéria’, ‘qualidade’, ‘estado’ etc. — que são superordenados em relação a subconjuntos maiores ou menores destas subclasses de nomes” (LYONS, 1977).

Em resumo, para o autor não existe ordenação hierárquica a partir de um lexema superordenado único, fato que se estende a diversas partes do discurso, pois, além dos nomes, isso, se aplica aos verbos e aos adjetivos.

Entretanto, se nos casos de hiponímia pode-se afirmar que existe uma relação paradigmática de sentido entre os lexemas, na ausência de superordenados paradigmáticos para

a reunião de lexemas pode ocorrer uma relação quase-paradigmática (idem ibidem).

Assim, para reunir os adjetivos 'vermelho', 'amarelo', 'azul' etc., pode-se utilizar: 'cor'; para falar de 'redondo', 'quadrado', 'oblongo': 'forma'.

Por outro lado, há casos onde não há, no vocabulário, lexemas para organizar, hierarquicamente, os termos. Trata-se das "lacunas lexicais", devidas, na maior parte das vezes, a fatores culturais.

Uma lacuna lexical pode ser descrita como um "buraco no modelo", ou seja, a ausência de um lexema num dado lugar da estrutura de um campo lexical" (LYONS, 1977).

A relação hponímia/superordenação corresponde, em lógica, à relação gênero/espécie (ou espécie/gênero). O conjunto desse tipo de relacionamento é denominado, via de regra, como relacionamento genérico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1981). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BARTHES, R. (1971). *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- BOUTIN-QUESNEL, R. et al. (1985). *Vocabulaire systématique de Terminologie*. Québec: Publications du Québec.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação (1980). *Glossário de termos utilizados na Estatística Educacional, I*. Rio de Janeiro: Fundação MUDES.
- CDU — CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL. (1987) Ed. média em língua portuguesa. Brasília: IBICT. 2 v. (Publicação FID, n.665)
- CUNHA, I.M.F. (1990). *Do mito à Análise Documentária*. São Paulo: EDUSP.
- DEWEY DECIMAL CLASSIFICATION devised by Melvil Dewey. (1989) 20.ed. Ed. by J. P. Comaromi et alii. Albany, New York: Forest Press. 4v.
- DUBOIS, J. et al. (1973). *Dicionário de Linguística*. Trad. de Frederico Pessoa de Barros e outros. São Paulo: Cultrix.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. (1988) *Dicionário enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Trad. de Alice Kyoko Miyashiro e outros. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Perspectiva.
- ECO, U. (1984). *Conceito de texto*. Trad. de Carla de Queiroz. São Paulo: TA Queiroz/ EDUSP.
- FLUSSER, V. (1963). *Língua e realidade*. São Paulo: Herder.
- GARDIN, J.-C. et al. (1968). *L'automatisation des recherches documentaires: un modèle général "Le SYNTOL"*. 2.ed. revue et augmentée. Paris: Gauthier-Villars.
- GOMES, H.E. (coord.) (1990). *Manual de elaboração de tesouros monolíngües*. Brasília: Ministério da Educação/Ministério da Ciência e Tecnologia, Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior.
- GRANGER, G.G. (1974). *Filosofia do estilo*. Trad. de Scarlett Zebetto Marton. São Paulo: Perspectiva/ EDUSP. (Estudos, 29)

- GREIMAS, A.-J. (1976). *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Trad. de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. 2.ed. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- IBICT (1984). *Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngües*. projeto coord. por Hagar Espanha Gomes. Brasília: IBICT.
- ISO 704 (1987). *Principles and methods of Terminology*. Génève: ISO.
- ISO 1087 (1990). *Principes de terminologie*. Génève: ISO.
- ISO 2788 (1986). *British Standard Guide to establishment and development of monolingual thesauri*. London: BSI.
- KRISTEVA, J. (1969). *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- LE GUERN, M. (1989). Sur les relations entre terminologie et lexique. *Meta*, v.34, n.3, p.340-343.
- LYONS, J. (1977). *Semântica*. Lisboa: Ed. Presença/Martins Fontes. v.1.
- MOTTA, D. F. da (1987). *Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros*. Rio de Janeiro: SENAI.
- PALMER, F.R. (1979). *A Semântica*. Lisboa: Edições 70.
- POTTIER, B. (1974). *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Klincksieck.
- PRICE, D.S. (1965). *Little science, big science*. New York: Columbia University Press.
- RANGAHATHAN, S.R. (1963). *Colon Classification*. 6.ed. reprinted with amendments. Bombay: Asia Publ. House.
- VIET, J. (1985). *Macrothesaurus para el procesamiento de la información relativa al desarrollo económico y social*. 3. ed. New York: Naciones Unidas.
- VIET, J. (1986). *Thesaurus POPIN: thesaurus multilingüe de população*. Trad. e adapt. de Leticia B. Costa. São Paulo: SEADE.
- WADDINGTON, C.H. (1977). *Instrumental para o pensamento*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.

BIBLIOGRAFIA

- AITCHISON, J. & GILCHRIST, A. (1979). *Manual para construção de tesouros*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart.
- BARANOW, V.G. (1979). Aspectos lingüísticos de linguagens de indexação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. *Anais*. Rio de Janeiro, IBICT, v.1, p.295-310.
- CINTRA, A.M.M. (1983). Elementos de Lingüística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.12, n.1, p.5-22.
- CINTRA, A.M.M. (1987). Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J.W. (org.). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, p.28-35.
- CINTRA, A.M.M.; TALAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G & KOBASHI, N.Y. (1993) Do termo ao descritor: estudo exploratório. *Revista de Comunicações e Artes*, São Paulo. (no prelo).
- COYAUD, M. (1966). *Introduction à l'étude des langages documentaires*. Paris: Klincksieck.
- DAHLBERG, I. (1978). Fundamentos teórico-conceituais da Classificação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v.6, n.1, p.12.
- FINNEMANN, N.O. (1990). Computerization as a means of cultural change: on the relations between information theories and the idea of an Information Society. *AI & Society*, n.4, p. 314-328.
- FRANK, H. (1970.). "Informação e Pedagogia". In: Cahiers de Royaumont. *O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 127 - 153.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. (1990). *Estructura lingüística de la documentación: teoría y método*. Murcia: Universidad de Murcia.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. y LUCAS FERNÁNDEZ, R. (1987). Lenguajes documentales e información de actualidad. In: _____.

- Documentación automatizada en los medios informativos.* Madrid: Paraninfo. p.67-90.
- GARDIN, J.-C. (1973). Document Analysis and Linguistic theory. *The Journal of Documentation*, v.29, n.2, pp.137-168.
- GROLIER, E.de. (1962). *Étude sur les catégories générales applicables aux classifications et codifications documentaires.* Paris: UNESCO.
- KOBASHI, N.Y. (1989). Análise Documentária: considerações sobre um modelo lógico-semântico. In: CUNHA, I.M.R.F., org. *Análise Documentária: considerações teóricas e experimentação.* São Paulo: FEBAB. p.45-57.
- KOBASHI, N.Y. (1989). Análise Documentária: tipologias discursivas. In: CUNHA, I.M.R.F., org. *Análise Documentária: considerações teóricas e experimentação.* São Paulo: FEBAB. p.31-44.
- LARA, M.L.G. de (1993). *A representação documentária: em jogo a significação.* São Paulo, ECA-USP. (Dissertação de Mestrado)
- MONTGOMERY, C.A. (1972). Linguistics and Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, v.23, p.195-219.
- RANGANATHAN, S.R. (1959). *Elements to library classification.* 2.ed. Bombay: Assoc.of Assistant Librarians.
- RANGANATHAN, S.R.. (1967). *Prolegomena to library classification.* 3.ed. Bombay: Asia Publ. House.
- RIVIER, A. (1992). Construção de linguagens de indexação: aspectos teóricos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.56-99.
- SMIT, J.W., coord. (1987). *Análise Documentária: a análise da síntese.* Brasília: IBICT.
- SMIT, J.W. (1974). Análise semântica e Análise Documentária. *Revista Brasileira de Semiótica*, n.1, p.168-177.
- SMIT, J.W. (NATALI) (1978). Documentação e Lingüística: inter-relação e campos de pesquisa. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v.11, n.1/2.
- TÁLAMO, M.F.G.M. (1987). A definição semântica para a elaboração de glossários. In: SMIT, J., org. *Análise documentária: a análise da síntese.* Brasília: IBICT. p.87-98.
- TÁLAMO, M. F.M; LARA, M.L.G. & KOBASHI, N.Y. (1992) Contribuição da Terminologia para a elaboração de tesouros. *Ciência da Informação*, v. 21, n.3, p. 197-200.
- VICKERY, B.C. (1980). *Classificação e indexação nas ciências.* Trad. de Maria Christina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart.

025.49

P221 para

ling
fabr

23

AVANÇADO 103 121
200608 9